

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL –UFRGS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO –FACED**  
**CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA**

**KAREN MELANY SPOLAORE**

**O processo de implementação da BNCC – EI (2017) no contexto das EMEIs do  
município de Cachoeirinha/RS**

**Porto Alegre**  
**2018**

KAREN MELANY SPOLAORE

**O processo de implementação da BNCC – EI (2017) no contexto das EMEIs do município de Cachoeirinha/RS**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Albuquerque

Porto Alegre  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me fortalecer na fé e me ajudar a chegar até aqui com glória e louvor.

Agradeço ao meu avô Josuel Antonio Paula (em memória) por todos os ensinamentos, dedicação e amor.

Agradeço aos meus irmãos Lucas Spolaore e Matheus Spolaore pelo amor e apoio.

Agradeço aos meus pais pela vida.

Agradeço a meu marido, Joel Benard, por todo o apoio, amor e dedicação e por sempre estar ao meu lado em todos os momentos me passando segurança e força em todos os desafios.

Agradeço a Prof. Simone Albuquerque por toda a atenção, orientação e paciência durante meu estágio e trabalho de conclusão de curso, momentos muito importantes para minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço as minhas colegas de trabalho por todo o carinho, amizade e profissionalismo em especial a Adriana Souza, Eliane Bianchin e Fafá Vian.

Agradeço à direção da escola EMEI Sonho de Criança, Loiselis Vilhena e Sandra Silveira, por todo profissionalismo, paciência e aprendizado propostos a mim.

Agradeço às pessoas envolvidas neste estudo que prontamente responderam a minha pesquisa, ajudando no resultado deste trabalho.

Agradeço à banca examinadora deste trabalho, Prof. Jane Felipe e Prof. Simone Bicca, pela disposição e atenção a minha produção.

## RESUMO

Este trabalho investigou as estratégias que o município de Cachoeirinha/RS, através da Secretaria Municipal de Educação (SMED), tem realizado para a implementação da BNCCEI (2017) nas escolas de Educação Infantil. Essa investigação se deu a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa através de um estudo de caso. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a produção teórica a respeito da temática recente no campo da educação. O estudo também recorreu a legislações: Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996), documentos oficiais como RCNEI (1998 e 2010), DCNEI (1999; 2009), PNE metas (2014-2024) e BNCC (2015, 2016, 2017). Foram realizadas entrevistas com professores de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), bem como com profissionais que atuam na SMED do município. As entrevistas foram analisadas subsidiadas em referenciais teóricos do campo da Educação Infantil, na legislação e em documentos oficiais com o objetivo de compreender a complexidade do tema. Para tal análise, foram utilizados: Alves (2006), Oliveira; Barbosa (2018), Abramowicz; Cruz e Moruzzi (2016), Campos e Barbosa (2015); Coelho (2016); Fochi (2016). As entrevistas tiveram o objetivo de compreender como a mantenedora das escolas municipais está trabalhando para que a BNCCEI (2017) seja implementada até o ano de 2020 e quais são as ações e concepções sobre este processo dos professores que atuam no cotidiano da Educação Infantil. O estudo conclui que a BNCCEI (2017) traz conceitos fundamentais para garantir o desenvolvimento integral das crianças e que o entendimento sobre esse documento é superficial, mostrando que os professores não tiveram envolvimento ativo neste processo; todavia também ele normatiza propostas que já vinham sendo feitas no âmbito da EI e sua implementação apresenta uma linha norteadora para as práticas cotidianas. O estudo destaca que é preciso garantir tempo para formação e apropriação por parte dos professores, promovendo a discussão e a reflexão para que os profissionais possam, de fato, participar desta implementação, caso contrário ele será um documento a mais na escola sem valor prático. Neste sentido, conclui-se que traduzir o documento em prática no cotidiano da Educação Infantil com a participação ativa dos professores é o grande desafio de sua implementação.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. BNCCEI. Cachoeirinha/RS.

## ABSTRACT

This work investigated the strategies that the Municipality of Cachoeirinha / RS, through the Municipal Education Department (SMED), has carried out for the implementation of BNCCEI (2017) in the schools of Early Childhood Education. This research was based on a qualitative research approach through a case study. Initially, a bibliographical research was done on the theoretical production regarding the recent thematic in the field of education. The study also used legislation: Federal Constitution (1988), Law of Guidelines and Bases (1996), official documents such as RCNEI (1998 and 2010), DCNEI (1999; 2009), PNE targets (2014-2024) and BNCC , 2016, 2017). Interviews were conducted with teachers at a Municipal School for Early Childhood Education (EMEI), as well as with professionals who work at SMED in the municipality. The interviews were analyzed subsidized in theoretical references of the field of Early Childhood Education, in the legislation and in official documents in order to understand the complexity of the theme. For this analysis, we used: Alves (2006), Oliveira; Barbosa (2018), Abramowicz; Cruz and Moruzzi (2016), Campos e Barbosa (2015); Coelho (2016); Fochi (2016). The interviews had the objective of understanding how the municipal schools maintainer is working for BNCCEI (2017) to be implemented by the year 2020 and what are the actions and conceptions about this process of the teachers who work in the daily education of children. The study concludes that the BNCCEI (2017) brings fundamental concepts to guarantee the integral development of children and that the understanding about this document is superficial, showing that the teachers did not have active involvement in this process; but it also regulates proposals that were already being made within the scope of the IE and its implementation presents a guideline for daily practices. The study stresses that it is necessary to guarantee time for teacher training and ownership, promoting discussion and reflection so that professionals can actually participate in this implementation, otherwise it will be an additional document in the school with no practical value. In this sense, it is concluded that translating the document into practice in the daily education of children with the active participation of teachers is the great challenge of its implementation.

**Key words:** Early Childhood Education. BNCCEI. Cachoeirinha / RS.

## LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNCCEF	Base Nacional Comum Curricular Ensino Fundamental
BNCCEI	Base Nacional Comum Curricular Educação Infantil
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
EI	Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plane Nacional da Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul



## SUMÁRIO

<b>1 UMA CAMINHADA DE MUITO CRESCIMENTO ATÉ AQUI.....</b>	<b>10</b>
<b>2 UMA BREVE HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>	<b>13</b>
<b>3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS ESPECIFICIDADES.....</b>	<b>22</b>
<b>4 A BNCC NO CONTEXTO BRASILEIRO - PROCESSOS E EMBATES .....</b>	<b>192</b>
<b>5 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A BNCC – PONTOS E CONTRA-PONTOS .....</b>	<b>28</b>
<b>6 O ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCCEI (2017) EM CACHOEIRINHA- ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>32</b>
<b>7 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA/RS .....</b>	<b>35</b>
<b>8 OLHARES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE .....</b>	<b>40</b>
8.1 UMA VISÃO ASSISTENCIALISTA: “AS PROFESSORAS ERAM TIAS” .....	40
8.2 O TRABALHO NA PRÁTICA COM AS CRIANÇAS: “NÃO PODEMOS ATROPELAR AS COISAS, ELES PRECISAM CONSTRUIR”.....	43
8.3 OS SUBSÍDIOS UTILIZADOS NO TRABALHO DOCENTE “UM NORTE NO FAZER PEDAGÓGICO”.....	46
8.4 O CONHECIMENTO SOBRE O QUE É BNCCEI (2017): “ATÉ AGORA NÃO TÍNHAMOS UM NORTE” .....	50
8.5 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO: “É TRANQUILO DE SE ADAPTAR” ....	52
8.6 AS MUDANÇAS COM A BNCCEI (2017): “AS PESSOAS PRECISAM ESTAR PRONTAS PARA ESSA NOVIDADE” .....	55
8.7 A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCCEI (2017): “PARTICIPAMOS POR EMAIL” .....	57
8.8 OS DESAFIOS QUE A BNCCEI (2017) TRAZ: “UNIFICAR O BRASIL TODO É ESTRANHO” .....	58
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO B – TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>71</b>

<b>ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA CRECHE 0 A 3 ANOS – ESCOLA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA - RS .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA PRÉ ESCOLA 4 A 5 ANOS – ESCOLA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA - RS .....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO E - ROTEIRO DE ENTREVISTA ARTICULADORA PEDAGÓGICA - ESCOLA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA - RS.....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXO F - ROTEIRO DE ENTREVISTA RESPONSÁVEL A FRENTE DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA - RS.....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO G - ROTEIRO DE ENTREVISTA RESPONSÁVEL A FRENTE DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA - RS .....</b>	<b>79</b>

## **1 UMA CAMINHADA DE MUITO CRESCIMENTO ATÉ AQUI**

Atuo na área da Educação Infantil desde 2012 quando iniciei o curso normal (magistério). Nesta época atuei como estagiária em uma escola de Educação Infantil na rede municipal de Porto Alegre, onde atuava como auxiliar de sala. Então meu trabalho era basicamente fazer o que as outras professoras me pediam, já que eu nunca havia lidado diretamente com crianças antes, sendo que minha experiência e conhecimento eram muito limitados. Porém, neste período, tive uma experiência muito prazerosa e aprendi bastante, pois o contato direto com as crianças me ensinou muito sobre o trabalho com a Educação Infantil e descobri que eu realmente queria seguir esta profissão.

Mais tarde iniciei o curso de Pedagogia na UFRGS e nele meu leque de experiências e conhecimento foi aumentando. Ao longo do curso, pude perceber o quanto a educação pode ser magnífica e transformadora, pude perceber o poder que a educação tem de transformar a sociedade e essa transformação certamente se inicia na Educação Infantil.

Durante o curso, familiarizei-me com inúmeras legislações que garantem o direito a uma educação de qualidade e desenvolvimento pleno das crianças inseridas na Educação Infantil.

Portanto, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo pesquisar sobre como o município de Cachoeirinha, no estado do Rio Grande do Sul, está implementando a Base Nacional Comum Curricular BNCC-EI (2017) na etapa Educação Infantil.

Atuo como professora na Educação Infantil da rede pública do município de Cachoeirinha/RS e tenho a missão, assim como minhas colegas de profissão, de colocar em prática, da melhor forma possível, estratégias pedagógicas que visam o desenvolvimento pleno das crianças que estão sob minha responsabilidade em meu turno de trabalho.

Segundo os dados do Sistema de Monitoramento dos Planos de Educação na cidade de Cachoeirinha/RS, existem 2.189 crianças matriculadas na pré-escola com idade de quatro a cinco anos e 1.702 crianças de zero a três anos matriculadas na creche no ano de 2017 (TCEDUCA, 2018).

Estas quase 4.000 crianças serão afetadas diretamente com a implementação da BNCC- EI (2017) neste município. Então nada melhor que pesquisar sobre essa recente normativa que será implementada até o ano de 2020 em Cachoeirinha/RS.

A versão final da BNCC (2017) foi recentemente aprovada e tem como principal objetivo ser um documento norteador para que os professores da Educação Básica trabalhem de forma unificada os conteúdos em escolas públicas e privadas de todo o país, garantindo o direito de todas as crianças e adolescentes às aprendizagens essenciais ao longo da vida escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 7).

Este documento norteador foi aprovado em meio a muito debate, críticas e discussões. Ele ratifica o pensamento de que a Educação Infantil não é uma preparação para o Ensino Fundamental, mas sim práticas cotidianas e sociais vivenciadas pelas crianças em um contexto de vida coletiva que é a escola. Ele traz o conceito de transdisciplinaridade com base em campos de experiências, nos quais não há espaço para a fragmentação da construção do conhecimento por disciplinas acadêmicas. Sendo um documento com tal importância, não é incomum ouvir de muitos profissionais da educação os seguintes questionamentos: o que muda para nós com a nova BNCC? Como fica a questão da pré-escola? Teremos que alfabetizar as crianças na pré-escola ou não podemos mais tocar no assunto da alfabetização com crianças deste nível?

Essas e muitas outras dúvidas invadem o campo da educação e adentram as escolas de Educação Básica. Portanto, entender qual a proposta da BNCCEI (2017), como foi discutida, quais as críticas e pensamentos adversos a essa medida e estudar como o município de Cachoeirinha/RS está trabalhando para implementar a BNCCEI (2017) nas escolas de Educação Infantil é algo de extrema relevância e importância para minha formação como profissional da Educação Infantil.

A pesquisa teve seu foco em duas perguntas-chaves: Quais as estratégias o município de Cachoeirinha/RS, através da Secretaria Municipal de Educação, estão sendo colocadas em prática para que a BNCCEI (2017) seja implementada no

município? Como a Educação Infantil será afetada com a implementação da BNCC no município?

Este trabalho apresentou algumas problematizações importantes em relação práticas cotidianas no contexto da educação infantil, destacando a importância da formação continuada no contexto da escola e o protagonismo dos professores para efetivar propostas comprometidas com as aprendizagens das crianças.

## 2 UMA BREVE HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO

A Educação Infantil no Brasil não é recente, pois se tem registro de escolas que atendiam crianças na pré-escola desde o final do século XIX e início do século XX, porém esse trabalho era destinado às famílias ricas.

A educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX. [...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites - os jardins-de-infância de orientação fröebeliana-, já tinha seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana anterior a isso.

[...] No setor público, o jardim-de-infância da Escola Normal Caetano de Campos, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada. O jardim-de-infância da Escola Caetano de Campos, cujo trabalho pedagógico se baseava em Fröebel, tinha como princípios educativos os conteúdos cognitivo e moral.

Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas (SOUZA, 2007 apud DUARTE, 2012, p. 2).

Durante as décadas de 30, 40, 50 e 60 foram implementadas muitas políticas públicas com o intuito de proteger a infância e combater a mortalidade infantil como, por exemplo, as políticas assistencialistas e o Departamento Nacional da Infância. Estas políticas visavam o combate à desnutrição, a vacinação entre outras ações de saúde pública.

Em 1940 surgiu o Departamento Nacional da Criança, cuja finalidade era a ordenação das atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência, administrados pelo Ministério da Saúde. Por volta de 1950 disseminou-se a tendência médico-higiênica do Departamento Nacional da Criança (DUARTE, 2012, p. 4).

Na década de 1970, com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, urbanização das cidades e lutas de movimentos sociais, ocorreu um aumento na oferta de vagas em creches e pré-escolas. Esse atendimento ainda não tinha um caráter educacional, mas sim assistencialista, pois as crianças eram atendidas para que suas mães pudessem trabalhar e garantir o sustento da família. Destaco que foi um direito garantido através de muita luta de movimentos feministas. Esse atendimento não pertencia à área da educação, assim é possível afirmar que: “a Educação Infantil tem sua origem e materialidade com a prestação de assistência

à saúde e preservação da vida, não se vinculando com o fator educacional” (DUARTE, 2012, p. 5).

Dessa forma, a Educação Infantil, antes de nossa última Constituição, não era vista como um direito à educação, mas sim uma “ajuda” vinda do Estado para com as famílias que tinham essa necessidade. Somente mais tarde, com a Constituição de Federal 1988, a Educação Infantil torna-se um direito para as crianças brasileiras e dever do Estado. Para Carlos Roberto Jamil Cury, a Constituição Federal de 1988 foi a comprovação de um amadurecimento no que diz respeito à importância da Educação Infantil para a sociedade brasileira, pois:

Ela não incorporou esta necessidade sob o signo do Amparo ou da Assistência, mas sob o signo do Direito, e não mais sob o Amparo do cuidado do Estado, mas sob a figura do Dever do Estado. Foi o que fez a Constituição de 88: inaugurou um Direito, impôs ao Estado um Dever, traduzindo algo que a sociedade havia posto (CURY, 1998, p. 11).

Após a Constituição, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 1990 que novamente confirma o direito de educação das crianças pequenas e ratifica o dever do Estado, estabelecendo prioritariamente essa tarefa aos municípios.

Logo depois, em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que é vista como uma inovação no campo da educação, pois “a LDB inovou profundamente ao colocar a Educação Infantil como uma etapa da Educação Básica” (CURY, 1998, p. 12). Esse é, sem dúvidas, um marco na história da Educação Infantil, pois a partir deste momento ela faz parte da estrutura da Educação Básica e, portanto, os profissionais que nela trabalham devem estar qualificados para a função:

Não será mais possível estabelecer que os agentes da Educação Infantil sejam qualificados como crecheiros/crecheiras ou como animadores/animadoras. Os profissionais da educação, pelos Artigos 62 ao Artigo 64, terão uma formação no mínimo em nível médio, sob a modalidade normal (CURY, 1998, p. 12-13).

A LDBEN além de ser uma lei inovadora no campo da educação, sobretudo na Educação Infantil, por garantir direitos fundamentais às crianças e profissionais desta área, previa também a BNCC. Já nesta época era visto como importante um

documento comum, base para todo o território nacional, como podemos observar no Inciso IV do Artigo 26:

Art. 26. Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Após a legitimação da Educação Infantil como parte da Educação Básica, inicia-se, então, algumas políticas que visam a ampliar e melhorar a qualidade e o acesso à Educação Infantil. Uma das primeiras publicações feitas pelo MEC com a tentativa de desvincular a Educação Infantil da área da assistência foram os Critérios para Atendimento em Creches e Pré-Escolas que Respeitem os Direitos Fundamentais das Crianças (1995). Era conhecido como “caderno azul”, pois nesta época a Educação Infantil passava por um momento de muita precariedade em todos os sentidos, tanto na qualidade física como na profissional. Então esses cadernos continham alguns critérios fundamentais para o trabalho com crianças pequenas.

Em 1998 foi publicado pelo MEC o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Este documento integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e segundo o MEC:

O Referencial foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira (BRASIL, 1998, p. 7).

Este documento na visão de Palhares e Martins (2000) tem uma composição coerente para ser um referencial, ou seja, apresenta tópicos fundamentais, foi elaborado por especialistas de renome nacional e internacional e oferece ideias que visam contribuir para um novo cotidiano na Educação Infantil, porém apresenta muitas falhas em sua composição. Segundo esses estudiosos, o referencial desconsidera alguns problemas sérios que temos no país no que se refere à qualificação profissional e participação ativa das famílias no contexto da Educação Infantil:



Um referencial que pressupõe, por exemplo, um educador altamente qualificado, capaz não só de analisar tipos de brincadeiras e efetivá-las, considerando o potencial da atividade e da criança, como também de prosseguir com a estimulação após cada resposta individual, e ainda famílias com condições de participação dentro da creche (PALHARES; MARTINS, 2000, p. 9).

Essa e outras críticas foram remetidas a esse documento que apesar de ser uma tentativa de incluir todas as crianças em uma Educação Infantil de qualidade, ainda desconsidera as individualidades das camadas mais populares da sociedade.

Concomitante ao RCNEI, foram aprovadas no Parecer 22/98 as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, destinando um campo para Educação Infantil. Esta foi a primeira versão da DCNEI “e apresentavam a necessidade de revisão, tendo em vista os novos desafios que traduzem as mudanças nas práticas educativas e nas políticas educacionais da última década” (BRUEL, 2010, p. 138).

Em 2009 com o Parecer CEB/CNE 20/2009 é instituída uma revisão das DCNEI para a Educação Infantil, com uma concepção clara e objetiva sobre o que é seu currículo destacando que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidade (BRASIL, 2009, p. 6).

Segundo Ana Lorena Bruel (2010), uma questão muito importante presente tanto no documento de 1998 e neste de 2009 refere-se à articulação entre os princípios de cuidar e educar, que de acordo com a autora devem sustentar todos os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de Educação Infantil. As DCNEI (2009) também foram alvo de debates acalorados em relação ao currículo, pois assim como o PPP, o currículo também estava previsto neste documento então:

O parecer que institui a Revisão das DCN para a Educação Infantil enfatiza a importância da elaboração de projetos político-pedagógicos e currículos para as instituições de Educação Infantil. Essa questão mostrou-se polêmica entre intelectuais e profissionais da área, que debateram sobre os riscos de enquadrar a Educação Infantil nos moldes de escolarização do Ensino Fundamental (BRUEL, 2010, p. 139).

Contudo, de modo geral, é um documento considerado por pesquisadores e profissionais da área bastante satisfatório, pois contempla várias questões, concepções legitimadas no campo da Educação Infantil. Como bem explica Bruel (2010):

O Parecer apresenta uma defesa explícita da pluralidade e da diversidade, indicando estratégias de inclusão e valorização das diversas características dos grupos que compõem a comunidade escolar. Na mesma perspectiva, compreende-se a valorização da articulação entre as instituições de Educação Infantil e as famílias das crianças que a frequentam. A atuação na Educação Infantil exige que o trabalho seja sempre planejado e intencional, a fim de garantir que os objetivos sejam efetivamente atingidos. A importância conferida ao planejamento está articulada à discussão sobre a organização dos diferentes tempos e espaços educativos de forma a garantir múltiplas experiências de interação que conduzam à aprendizagem (BRUEL, 2010, p. 140).

Os campos de experiência, organização curricular hoje apresentada na BNCCEI (2017) proposta para o trabalho com a Educação Infantil, também já eram recomendados nas DCNEI (2009).

Zilma de Oliveira (2017) uma das consultoras da BNCCEI explica que:

Ao invés de propor a organização do currículo em disciplinas, áreas de desenvolvimento, objetivos de conhecimento, dentre outras possibilidades, em consonância com as linhas de pensamento atuais sobre o currículo, a BNCC propõe o arranjo curricular em **Campos de Experiências**, apoiada nas DCNEI (OLIVEIRA, 2017 p. 9 grifos do autor).

Essa afirmação pode ser verificada no artigo 9º das DCNEI, que determina que “as atividades curriculares devem se organizar ao redor de experiências tomadas de modo contextualizado, inter-relacionadas e a serviço de significativas aprendizagens” (BLOG PROINFANCIA BAHIA, 2018).

Além destas, outra questão merece destaque e que está contemplada nesta versão da DCNEI: a proporção de números de crianças para um adulto, ou seja, a partir deste momento existe um documento que garante um número mínimo e máximo de crianças que serão atendidas por um adulto.

Então chegamos aos dias de hoje, mais precisamente em dezembro de 2017, quando foi aprovada a BNCC. Segundo o MEC, “a BNCC foi preparada por especialistas de cada área do conhecimento, com a valiosa participação crítica e propositiva de profissionais de ensino e da sociedade civil” (BRASIL, 2017, p. 5). Este documento deixou em sua formulação muitas perguntas, algumas delas são:

Como foi pensado e estruturado? Qual a real participação dos profissionais da educação e sociedade civil? Qual a intenção explícita e implícita? Qual a opinião dos estudiosos que estão à frente da BNCC e daqueles que não puderam ser ouvidos na construção deste documento?

São inúmeras as questões a se problematizar com as três versões da BNCC até que cheguemos à versão final, porém focarei mais precisamente em como está sendo o processo de implementação da BNCCEI (2017) no município de Cachoeirinha/RS. Para tanto, farei um breve resumo de como se iniciou o debate, como se deu esse processo cronologicamente e quais os encaminhamentos após a aprovação da BNCCEI (2017).

### 3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS ESPECIFICIDADES

Há muitas discussões em relação às propostas da BNCC (2017) mais precisamente no que diz respeito à Educação Infantil. É de entendimento geral seu papel específico, ou seja, sua finalidade não está a serviço de uma preparação para o Ensino Fundamental (um curso preparatório) e também não se presta ao assistencialismo puro, no qual as crianças pobres são deixadas para que suas mães possam trabalhar. Sabemos que a Educação Infantil é, sim, direito das mães e pais trabalhadores de terem um local seguro e adequado para deixarem seus filhos enquanto trabalham, e as crianças têm o direito de estarem em um local onde serão bem cuidadas e educadas enquanto seus pais trabalham. Porém esses dois consensos têm por trás discussões, olhares e opiniões diferentes.

A Educação Básica no Brasil é compreendida por abranger desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e assim como o Ensino Fundamental e Médio tem suas especificidades e características comuns que os caracterizam como um ensino escolar, a Educação Infantil também tem suas especificidades que as caracterizam como um serviço voltado à área da educação.

Então, neste momento, irei me ater às especificidades da Educação Infantil que a caracteriza como uma etapa da Educação Básica. Logo depois irei relacionar essas especificidades articuladas às discussões do documento norteador BNCCEI (2017).

O objetivo principal da Educação Infantil está permeado por dois conceitos básicos: o cuidar e o educar, que são indissociáveis, uma vez que se quer valorizar a importância de uma Educação Infantil a serviço do desenvolvimento integral da criança. A compreensão destes dois conceitos é de extrema importância, mas para melhor compreensão deste raciocínio, precisamos pensar que o público alvo da Educação Infantil são as crianças de zero a cinco anos, porém precisamos ir a fundo e problematizar essa questão, ou seja, quem são esses sujeitos de fato?

Primeiramente podemos dizer que a criança em seus primeiros anos de vida é um ser não-verbal, ou seja, não consegue expor seu pensamento e sentimentos através da fala. Então sua arma mais potente de comunicação é seu corpo e não se trata de qualquer corpo, mas sim um corpo em extremo desenvolvimento como destaca Donatella Savio: “trata-se de um corpo ainda fortemente atravessado por emoções sem nome, fantasias inexprimíveis, intuições de pensamentos, ou seja, é

um corpo impregnado de significados, profundamente simbólico” (SÁVIO, 2014, p. 13). E é na interação com um adulto que ela vai compreendendo e decodificando os códigos deste corpo, compreendendo as vontades, as necessidades, os sentimentos e as emoções. Nesta perspectiva, “pode-se dizer que o modo como esse corpo é pego, tocado, visto e mantido atribui significado ao que sente, experimenta e compreende de si mesma” (SÁVIO, 2014, p. 13). Portanto, o modo como esse pequeno sujeito é tocado olhado e tratado irá influenciar em seu desenvolvimento. Então precisamos ter clara a ideia de que o cuidar e o educar caminham de mãos dadas e não podem ser separados durante a rotina da Educação Infantil, todos os momentos são ótimas oportunidades para o trabalho educativo com as crianças, pois como explicam Damaris Maranhão e Maria Paula Zurawski (2014), “não se ensina a criança a ter cuidado com o próprio corpo “dando aula sobre higiene”, mas sim cuidando dela, valorizando esses momentos na rotina, compreendendo e respeitando sua iniciativa e seu pensamento” (MARANHÃO; ZURAWSKI, 2014, p. 10).

Outra questão fundamental é a relação do brincar no desenvolvimento infantil. O brincar é uma ação prazerosa e complexa para as crianças, pois durante uma brincadeira a criança ressignifica o que vive e tenta lidar com seus conflitos e traumas, socializa e cria hipóteses de como as coisas funcionam no mundo. “Diante disso, o educador deve utilizar as brincadeiras como ferramenta em suas aulas para facilitar o aprendizado” (FARIAS; SANTOS, 2015, p. 3) e proporcionar às crianças um ambiente adequado e lúdico, brincadeiras com intencionalidades pedagógicas, proporcionando o desenvolvimento completo.

Por último, mas não menos importante, podemos incluir a importância das experiências vividas pelas crianças na Educação Infantil que ajudarão a compor seu repertório para seguir em frente rumo ao Ensino Fundamental. A experimentação de texturas, formas, cheiros e gostos diferentes irão contribuir para seu processo de compreensão do mundo. A coordenação de seu corpo em movimentos finos e amplos, a manipulação de elementos da natureza, a classificação e seriação de objetos, explorações com a tridimensionalidade são, segundo Elvira Lima (2009, p. 7), “de grande importância para o desenvolvimento posterior do pensamento geométrico e do pensamento matemático”.

Considero aqui algumas das muitas ações desenvolvidas no trabalho com as crianças pequenas na Educação Infantil que deve ser encarado como um trabalho fundamental para o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos.

Ter claro as especificidades do trabalho com a Educação Infantil ajuda a compreender como a BNCCEI (2017) se articula com a prática pedagógica em nortear o trabalho com os pequenos.

## 4 A BNCC NO CONTEXTO BRASILEIRO - PROCESSOS E EMBATES

A quarta e mais recente versão da BNCC aprovada no ano de 2017 tem como principal objetivo ser um documento norteador para que os professores da Educação Básica trabalhem de forma unificada os conteúdos em escolas públicas e privadas de todo o país, garantindo o direito de todas as crianças e adolescentes às aprendizagens essenciais ao longo da vida escolar.

Como já vimos acima, a ideia de ter uma base nacional que seja comum em seu currículo não é nova, pois ela está prevista desde a Constituição Federal de 1988 no Art. 210: “Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). E também na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 no Inciso IV de seu Artigo 26.

O investimento e reforço para que seja implementada uma BNCC está também garantida nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) em que em seu artigo 14 expressa que:

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais. § 1º Integram a base nacional comum nacional: a) a Língua Portuguesa; b) a Matemática; c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena, d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música; 68 e) a Educação Física; f) o Ensino Religioso (BRASIL, 2013).

Todavia para melhor compreensão de como foi o processo de construção da BNCC (2017) será preciso voltar um pouco para o ano de 2014 quando o CNE (Conselho Nacional de Educação) insere no PNE (Plano Nacional de Educação) de acordo com a Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, as vinte metas para a educação brasileira para os próximos dez anos, bem como as estratégias para implementação das mesmas.

A primeira menção à BNCC referida nesta lei encontra-se como estratégia de implementação da meta dois:

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

2.2) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.

Seguindo neste mesmo documento, encontramos outro artigo que menciona novamente a criação de uma BNCC como estratégia para implementação da Meta 3:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

3.3) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

Mais a frente neste mesmo documento, temos uma outra menção à BNCC, desta vez como estratégia de implementação da Meta 7: “fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB”

7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do Ensino Fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

Por fim, temos uma última menção à BNCC como estratégia de implementação da Meta 15:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.



15.6) promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da Educação Básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PNE;

Entretanto, podemos observar que a BNCC não é citada como estratégia de implementação das metas relacionadas à Educação Infantil. Então, entender o processo de criação da BNCC-EI (2017) é de extrema importância para uma análise mais clara de como será ou como deve ser sua implementação em todo o país.

Após a aprovação da Lei Nº 13.005, 2014 do Plano Nacional da Educação, a BNCC pode então sair do papel e começa a tomar forma no início do ano de 2015. De acordo com o site Movimento pela Base Nacional Comum e Ministério da Educação, a BNCC (2017) passou por um processo de discussão e debates no qual foram feitas três versões do documento até que a última e mais recente versão fosse encaminhada para votação em dezembro de 2017.

Dessa forma, em junho de 2015 inicia-se o processo de escrita da primeira versão da BNCC pelo MEC em parceria da CONSED e UNDIME. No mês seguinte, iniciam as primeiras discussões sobre a BNCC, pois o MEC promoveu um seminário internacional em Brasília com especialistas brasileiros e estrangeiros da área da educação para a troca de experiências sobre o tema. Nesta época, tivemos importantes grupos de debates representando a Educação Infantil. Um exemplo desta participação foram Maria Carmen Barbosa e Zilma de Oliveira que destacam:

Quando iniciamos a escrita da BNCC-EI, em 2015, tínhamos clareza de que a tarefa incluía definir direitos básicos de aprendizagem e uma estrutura de organização curricular que orientasse as práticas educativas de modo mais adequado à maneira de a criança pequena significar o mundo (BARBOSA; OLIVEIRA, 2018, p. 5).

Com base nas concepções já esboçada nas DCNEIs, foram propostos pelo grupo o qual Barbosa e Oliveira participavam coordenado pela prof. Rita Coelho<sup>1</sup>, seis direitos de aprendizagem das crianças na BNCC-EI. São eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Segundo elas, “tais direitos implicam maior centralidade nas interações e brincadeiras e encaminham para uma

---

<sup>1</sup> Coordenadora geral de Educação Infantil do MEC – Socióloga e militante na defesa dos direitos das crianças.

construção pedagógica que coloca nas ações das crianças sua capacidade de aprender” (BARBOSA; OLIVEIRA, 2018, p. 5).

Em setembro de 2015, foi divulgada pelo MEC a primeira versão da BNCC que foi disponibilizada para consulta pública entre setembro de 2015 e março de 2016. “Mais de 12 milhões de contribuições, de cerca de 300 mil pessoas e instituições, foram recebidas” (MINUTA DE PARECER, 2017, p. 8).

Após o encerramento da consulta pública, as contribuições foram analisadas e organizadas por uma equipe da Universidade de Brasília e encaminhadas ao grupo de redatores para a escrita da segunda versão. Em maio de 2016, é divulgada a segunda versão da BNCC e novamente o documento é posto em debates. “A segunda versão da BNCC roda o país em seminários estaduais organizados pelo Consed e pela Undime. Foram mais de 9 mil participantes, entre professores, gestores e alunos” (MOVIMENTOPELABASECOMUM, 2018). Porém, “não é de conhecimento público a maneira pela qual essas contribuições serão escolhidas, organizadas, analisadas, discutidas e incorporadas ou não ao texto final da BNCC” (ABRAMOWICZ; CRUZ; MORUZZI, 2016, p. 47). Em junho do mesmo ano, o MEC institui o Comitê Gestor da BNCC e Reforma do Ensino Médio para acompanhar o processo e encaminhar a proposta final do documento. Em setembro, foi entregue ao MEC o relatório de contribuições organizados pela Undime e Consed contendo as informações referentes às contribuições fruto dos seminários organizados meses antes que servirão de subsídios para a escrita da terceira versão da BNCC. “A “segunda versão” do documento foi disponibilizada em maio de 2016 e submetida à discussão por mais de 9 mil educadores em seminários realizados pela Undime e o Consed em todo o país, entre junho e agosto de 2016” (MINUTA DE PARECER, 2017, p. 8).

Em abril de 2017, o MEC entrega ao CNE a terceira versão da BNCC com as partes da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Segundo o governo, este foi um importante passo para a aprovação e implementação da BNCC em todo o país.

A construção obedeceu três etapas, muito bem marcadas, com mais de 12 milhões de contribuições. Ouvimos mais de 9 mil professores que opinaram e agregaram valor a esse texto. O trabalho não está finalizado, temos a missão – que está sendo entregue ao CNE – de seguir construindo consensos. Sempre haverá espaço para crítica de visões distintas, mas tenho convicção que essa obra será uma referência marcante para todos os currículos. Mendonça Filho, Ministro da Educação. (MOVIMENTOPELABASECOMUM, 2018).

O CNE, tendo em mãos o documento, organiza outra consulta pública, desta vez em forma de audiência pública; também foram aceitas contribuições por email. Essas audiências públicas foram realizadas em várias regiões do Brasil no período de julho a setembro de 2017.

O CNE realizou audiências públicas regionais em Manaus, Recife, Florianópolis, São Paulo e Brasília, com caráter exclusivamente consultivo, destinadas a colher subsídios e contribuições para a elaboração da norma instituidora da Base Nacional Comum Curricular (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Em agosto de 2017, Consed e Undime lançam o guia de implementação da BNCC, com sugestões à implementação da Base nas secretarias estaduais e municipais. A terceira versão da BNCC foi motivo de muita discussão e críticas, pois uma mudança no campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação” que havia sido apresentado nas primeira e segunda versões, agora na terceira versão foi reduzido apenas para “oralidade e escrita”. Segundo Oliveira (2017) “a terceira versão do documento representou, na visão nossa de consultores, uma redução nas concepções de linguagem e de ensino/aprendizagem na Educação Infantil” (OLIVEIRA, 2017, p. 11). De acordo com a autora, esse campo de experiência foi pensado para ampliar não apenas a linguagem oral e escrita, mas “que trouxessem para o cotidiano das unidades os momentos de “escutar” (...) “falar” (...). trabalhar com esse importante conjunto de linguagens neste campo ampliaria não apenas a fala, mas o pensamento (OLIVEIRA, 2017, p. 11). Também na terceira versão foi retirado um parágrafo: no texto introdutório da Educação Infantil, em que ficava clara a importância de um ambiente acolhedor para o bom desenvolvimento das crianças pequenas. Também argumentava sobre a representação simbólica, sob forma de imagens mentais e de imitação os quais são importantes aspectos da faixa etária das crianças da Educação Infantil. Mencionava a importância das diferentes linguagens para as crianças levantar hipóteses e revistarem suas primeiras teorias. A retirada deste parágrafo, na visão do Projeto Leitura e Escrita, a Educação Infantil “significou um aligeiramento e até mesmo mudança conceitual, especialmente no que tange as discussões sobre o desenvolvimento, aprendizagem e linguagem” (PROJETO LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

Em 01 de dezembro de 2017, o MEC envia para o CNE um documento que segundo o presidente do CNE Eduardo Deschamps “... não se trata de uma “quarta

versão", mas de uma "manifestação de revisão" de alguns pontos levantados desde abril, quando a terceira versão foi encaminhada pelo MEC ao CNE" (G1, 2018). Este documento só seria divulgado após a votação da Base no final do mês. Em 15 de dezembro, o documento é aprovado pelo CNE com vinte votos positivos e três negativos. E em 20 de dezembro de 2017, o MEC finalmente homologa a BNCC (2017) e esta passa a valer em todo o território nacional.

## 5 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A BNCC – PONTOS E CONTRA-PONTOS

Após ter feito uma breve análise histórica do direito à Educação Infantil a partir da legislação e rever documentos que norteiam essa etapa da Educação Básica, procurei apresentar as motivações, bem como as ideias favoráveis e pontos polêmicos sobre a inclusão da Educação Infantil na BNCC, já que esta etapa tem seus documentos próprios e bem completos, diga-se de passagem.

Como já vimos, a BNCCEI (2017) foi planejada considerando a concepção de organização curricular propostas nas DCNEIs, como afirmam Campo e Barbosa (2015)

a atual proposta de BNCC suscitou, a proposta definida pela Educação Infantil acabou fazendo um caminho inverso, mantendo-se fiel à lógica da construção de uma BNCC tendo como norte as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (CAMPO; BARBOSA, 2015, p. 359).

Pela ótica de muitos estudiosos, a BNCCEI (2017) foi vista como um avanço em relação às DCNEIs, pois ela faz a articulação dos campos de experiência com os direitos de aprendizagens previstos na BNCC, como explica Fochi (2016):

O que evidentemente avança no documento da BNCC em relação às DCNEIs é o fato de articular a esses campos de experiência direitos de aprendizagens que expressam os diferentes modos como as crianças aprendem, ou seja, convivendo, brincando, participando, explorando e conhecendo-se (FOCHI, 2016, p. 5).

Na perspectiva dos campos de experiência, existem posicionamentos que defendem que este arranjo curricular ainda concentra uma visão de conteúdos e resultados, como argumenta Larangeira (2017):

Os campos de experiência concentram uma visão de resultados, baseados, ainda, em expressão de conteúdos inseridos em áreas de conhecimento como Linguagens, Artes.(...) a forma de avaliar a qualidade da educação continua abrindo precedentes para testes em larga escala, que centralizam e uniformizam o currículo (LARANGEIRA, 2017, p. 125).

Contrapondo essa visão de Larangeira, Fochi, (2016) explica que:

O caráter lúdico e contínuo das experiências das crianças abre espaço para a produção de significados pessoais, seja por propiciar prazer do já vivido característico da atividade lúdica, seja por germinar algo que está

embrionário nas crianças, na continuidade de suas experiências. Por isso, não podemos confundir os campos de experiência com a tradição de organização do currículo por disciplinas, tal como estamos acostumados (FOCHI, 2016, p. 6).

E possível observar que há concepções contraditórias em relação ao “conteúdo” da BNCCEI, sendo possível professores e estudiosos da área compreenderem a proposta que limita em áreas de expressão de conteúdos que conduzem a um processo avaliativo ou que os campos de experiência são espaços abertos às múltiplas aprendizagens e significados produzidos pelas crianças.

Quando se trata da transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, Campos e Barbosa (2015) trazem para o debate um questionamento importante. Segundo elas, a questão ficou prejudicada, pois o diálogo entre o que acredita a BNCCEI não se articula com as ideias da BNCCEF, como explicam as autoras.

De modo similar, o documento da BNCC para a Educação Infantil em particular, observamos que, por se manter fiel a uma concepção de Educação Infantil como espaço coletivo de direito de todas as crianças e por ter a BNCC como orientadora para o desenvolvimento do cotidiano que garanta esse direito, acaba não conseguindo fazer, nesse primeiro momento, uma efetiva articulação com os anos iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que a estruturação da Base para o Ensino Fundamental foi pautada em outra lógica. Além desse aspecto, as definições presentes em alguns momentos do documento da BNCC para os anos iniciais do Ensino Fundamental parecem considerar a criança como uma tabula rasa ao entrar na escola (CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 362).

Este é um campo em constante disputa, visto que são inúmeras as concepções e crenças na área da Educação Infantil. O ponto é como a área já havia produzido as DCNEI, considerada um documento bastante completo em relação ao trabalho com as crianças e de acordo com a legislação vigente na Educação Infantil, foi muito questionado se precisava de uma base nacional comum.

Neste sentido, o desafio era enquadrar essa base no que já tínhamos produzido enquanto concepção de currículo para as crianças pequenas e essa foi uma missão realizada com sucesso aos olhos de muitos defensores e estudiosos do campo da Educação Infantil como explica Campos e Barbosa (2015):

O documento demonstra à sociedade brasileira que conseguiu ratificar o currículo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e definir de modo mais propositivo a organização das atividades cotidianas a partir dele. Conseguiu ainda ressaltar e evidenciar a importância de se

reconhecer a criança como “alguém com um modo próprio de agir, sentir e de pensar na interação com outras crianças e adultos” (BRASIL, 2015, p. 22; CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 362).

Apesar das DCNEIs serem o material de estudo que serviu de base para a formulação da BNCCEI, o RCNEI (1998) ainda está muito presente na prática pedagógica as escolas municipais. Um estudo feito pelo MEC em parceria com a UFRGS realizado em 2009 tendo como objetivo verificar quais eram as práticas pedagógicas utilizadas pelos municípios brasileiros em escolas públicas de Educação Infantil concluiu que:

O Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI,1998), produzido pelo MEC, se constitui importante subsídio na elaboração das propostas municipais. Por tratar-se de um documento lançado anteriormente às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (1999) e amplamente divulgado, incluindo etapas de formação e estudo do referencial entre os professores e entrega de materiais impressos, ele ocupa lugar de destaque (BRASIL, 2009, p. 110).

Durante a investigação sobre o motivo pelo qual a Educação Infantil seria incluída na Base Nacional Comum Curricular, foram analisados documentos que destacam um dos motivos justificados pelos responsáveis à frente da construção da base era de que o documento atualmente destinado a nortear o trabalho na Educação Infantil, ou seja, as DCNEIs não eram seguidas exatamente como propõem o documento.

Rita Coelho (2016) em entrevista justifica a inserção da Educação Infantil na BNCC (2017) dizendo que as análises feitas com propostas inseridas no PAR 2014<sup>2</sup> mostraram tendências já pesquisadas anteriormente:

- ausência de referência às DCNEI;
- distorção de conceitos e concepção;
- orientações inadequadas e insuficientes;
- formas diversas de organização curricular tais como matriz curricular, grade, por disciplina, por datas e outras;
- forte caráter preparatório para o Ensino Fundamental;
- brincar reduzido a uma estratégia didática;
- pouca referência aos bebês;
- práticas pedagógicas que não se relacionam com as DCNEI (COELHO, 2016, p. 5).

---

<sup>2</sup> Plano de ações articuladas – Guia prático de ações para Municípios. Instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, é um programa estratégico do PDE, e inaugura um novo regime de colaboração, que busca concentrar a atuação dos entes federados sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais.

Esta é uma questão bastante séria e também defendida por Campo e Babosa (2015) quando admitem que as concepções propostas pelas DCNEI não estavam sendo objetivadas na prática. Segundo elas, “as práticas cotidianas ainda são sistematizadas muito mais em uma concepção próxima do ensino escolarizante do que na lógica indicadas nas diretrizes curriculares” (CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 358) e este fato também justificou a necessidade de uma Base Nacional Comum.

Ter um documento com ênfase na efetivação nas práticas cotidianas que respeitem os direitos de aprendizagem das crianças nos seus diferentes modos de ser, agir, expressar e brincar, foi a proposta inicial da BNCCEI. Todavia foi possível observar que para que fosse posta em prática, foi preciso mobilizar muitos profissionais e estudiosos da área da Educação Infantil no debate e construção do documento. Assim, é possível afirmar que ainda há um longo caminho para que se efetive na prática cotidiana das escolas, mas que para os professores que fizeram parte do contexto deste estudo, a BNCCEI é norteadora do caminho a seguir. Na sessão abaixo, apresento como foi a metodologia utilizada para que fosse realizado o estudo no município de Cachoeirinha/RS/Brasil.



## **6 O ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCCEI (2017) EM CACHOEIRINHA- ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Para melhor investigação do tema, foi preciso fazer uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Dentro desta lógica, minha pesquisa foi de cunho investigativo e para isso utilizei como procedimento a pesquisa de campo, pois segundo Fonseca (2002) afirma:

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002 apud SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 27).

Nesta perspectiva, realizei primeiramente uma análise documental e bibliográfica sobre o tema. Para isso, analisei as legislações Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996), documentos oficiais como RCNEI (1998, 2010), DCNEI (1999, 2009), PNE metas (2014-2024) e BNCC (2015, 2016, 2017).

Também recorri a autores que se dedicaram a estudar e contar a história do direito a Educação Infantil no Brasil como Duarte (2012), Curry (1998), Palhares e Martins (2000) e Bruel (2010).

Utilizei também estudos com discussões e processos acerca do documento BNCC, sendo eles: Oliveira (2017 e 2018); Lorangeira (2017); Barbosa (2018); Campos (2017); Campos e Barbosa (2015); Coelho (2016) Fochi (2016). Além disso, foram utilizados sites e blogs de notícias e posições críticas sobre todos os processos da BNCC (2017), como: Movimentopelabasecomum (2018), Ministério da Educação (2018), Blog Pro Infância Bahia (2018), Blog Avaliação Educacional: Luis Carlos de Freitas (2018), Sistema de Monitoramento dos Planos de Educação: tceduca (2018).

Outro subsídio para esse estudo foram os estudos de: Sávio (2014); Maranhão, Zurawski (2014); Farias e Santos (2015); Lima (2009) que auxiliaram durante a pesquisa sobre as especificidades do trabalho com a Educação Infantil.

Para melhor compreensão e contextualização do município em questão, Cachoeirinha/RS, Brasil, foi preciso recorrer a documentos que fizessem referência a

sua história, bem como, a contextualização de como se constituiu a Educação Infantil no município. Então foram utilizados: site oficial da Prefeitura, site do IBGE, Projeto Político Pedagógico de EMEI do município e o estudo de Müller (2016) referente ao seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “DE ATENDENTE A PROFESSORA: um estudo sobre o profissional de Educação Infantil no Município de Cachoeirinha/RS”. O trabalho problematizou a luta dos profissionais de Educação Infantil deste município para serem valorizados e reconhecidos como professores, bem com sua luta para consolidar seu plano de carreira.

Após a análise bibliográfica e documental, utilizei uma metodologia de pesquisa já bastante conhecida no campo das ciências sociais, o estudo de caso, pois de acordo com Robert Yin 2010.

O estudo do caso é uma investigação empírica que

- Investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando
- Os limites entre fenômeno e o contexto não são claramente evidentes (YIN, 2010, p. 39).

Para melhor investigação, o método estudo de caso sugere dentre outras possibilidades o recurso da entrevista gravada:

Uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso é a entrevista. Esta observação pode ser surpreendente devido à associação habitual entre as entrevistas e o método de levantamento (YIN, 2010, p. 133).

Então elaborei um roteiro orientador para a entrevista com oito perguntas com questões relacionadas ao tema: *processo de implementação da BNCCEI (2017) no município de Cachoeirinha*, em que as entrevistadas também foram convidadas a falar sobre sua trajetória individual na área da educação e suas concepções neste campo.

Nestes casos, as entrevistas até podem permanecer abertas e assumir uma maneira conversacional, mas é maior a probabilidade de ser seguido um determinado conjunto de questões derivadas do protocolo do estudo de caso (YIN, 2010, p.134).

Seguindo a linha de Yin (2010, p. 133), “as entrevistas são conversas guiadas, não investigações estruturadas”. Sendo assim, podemos afirmar que esse

tipo de estudo está trabalhando num formato de entrevista focada, “na qual a pessoa é entrevistada durante um curto período de tempo – uma hora por exemplo” (YIN, 2010, p. 134).

Nesta direção, foram entrevistadas: uma professora representante da creche (crianças de 0 a 3 anos) formada a mais de vinte anos, com especialização atuando neste nível a nove anos. Uma professora representante da pré-escola (crianças de 4 a 5 anos), atuante há sete anos, com experiência em direção de escola. A articuladora pedagógica de uma escola municipal de Educação Infantil da rede de Cachoeirinha atuando há dois anos nesta função. Também foram entrevistadas duas representantes da Secretaria de Educação de Cachoeirinha/RS uma coordenadora pedagógica responsável pelo processo de implementação da BNCCEI (2017), atuando a mais de quinze anos na área da educação e uma coordenadora pedagógica responsável pela Educação Infantil, com mais de quinze anos atuando como professora nessa área neste município.

Nesta perspectiva, destaco a importância de se entrevistar pessoas que sejam bem informadas, tenham vivência e experiência na função.

Em geral, as entrevistas são uma fonte essencial de evidência do estudo de caso por que a maioria delas é sobre assuntos humanos ou eventos comportamentais. Os entrevistados bem informados podem proporcionar insights importantes sobre esses assuntos ou eventos (YIN, 2010, p. 135).

Todos os envolvidos na pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no qual estavam a par do teor da pesquisa e cientes de que as informações coletadas, bem como suas identidades serão mantidas em sigilo.

## 7 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA/RS

Nesta sessão do trabalho, apresento uma breve contextualização do município de Cachoeirinha/RS, com o objetivo de destacar aspectos importantes referentes aos dados educacionais.

Cachoeirinha/RS<sup>3</sup> é um município localizado na região metropolitana de Porto Alegre distante apenas 17 km da capital do estado do Rio Grande do Sul. Tem uma área de 44km<sup>2</sup> e ganhou esse nome em função de uma pequena queda d'água que havia logo na entrada do "distrito", pois até 1965 o município era apenas um distrito da cidade de Gravataí. Hoje, segundo fonte do IBGE<sup>4</sup>, a população estimada para o ano de 2018 é de 129.307 pessoas. O prefeito de Cachoeirinha é o ex-deputado estadual Miki Breier do Partido Socialista Brasileiro (PSB), eleito em primeiro turno no ano de 2016 e está em seu primeiro mandato.

A história da Educação Infantil no município de Cachoeirinha<sup>5</sup> não se desvincula muito da história nacional visto para essa etapa de ensino. As primeiras creches comunitárias do município foram mantidas pela Secretaria Municipal do Trabalho e Bem Estar Social (STAS) e foi preciso muita luta de lideranças comunitárias para que essas instituições tivessem apoio financeiro do município.

Então, em 1979, foi criada a primeira creche municipal, com caráter puramente assistencialista, pois as profissionais selecionadas para o trabalho com as crianças não eram concursadas e tão pouco tinham formação específica para um atendimento educacional sendo necessário apenas o ensino primário. Assim, o assistencialismo era bastante característico nesta época, pois como afirma o documento PPP:

Nesta época o trabalho das atendentes era centrado em atividades recreativas e em ações de assistencialismo- higienista, tendo como prioridade a e os cuidados básicos das crianças, mantendo-as sempre com as unhas cortadas, com controle de pediculose (piolho), inclusive realizando

---

<sup>3</sup> Informações coletadas do site oficial da prefeitura de Cachoeirinha/RS. CACHOEIRINHA. Prefeitura Municipal. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/a-cidade/historico>>. Acesso em: 27 out. 2018.

<sup>4</sup> BRASIL. IBGE. **Panorama da cidade de Cachoeirinha.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeirinha/panorama>>. Acesso em: 27 out. 2018.

<sup>5</sup> As informações referentes ao histórico da Educação Infantil da cidade de Cachoeirinha/RS foram coletadas da "Proposta Política Pedagógica" cedidas por uma EMEI do município.

a limpeza da cabeça das crianças quase que diariamente, sendo que ao final do dia todas iam para casa já de banho tomado (PPP, 2014, p. 15-16).

Por volta de 1990, por uma exigência trabalhista, a prefeitura municipal realizou o primeiro concurso público, com o cargo “Atendente de Creche” no qual a escolaridade mínima exigida era quarta série primária. Em 1994 foi realizado o segundo concurso público para o mesmo cargo, contudo, a escolaridade mínima exigida foi o primeiro grau incompleto e a exigência de um curso de recreacionista, “porém, o trabalho desenvolvido nas creches seguia centrado nos cuidados pessoais de saúde e bem-estar da criança acrescida de uma rotina de brincadeiras.” (PPP, 2014, p. 16). Até o ano de 1995, já existiam cinco creches municipais, e os diretores destas instituições não eram eleitos e/ou concursados, mas indicados por vereadores e prefeito da época ocupando cargos de confiança.

Em 1998, foi realizado o terceiro concurso público para o cargo Atendente de Creche, agora com exigência de escolaridade mínima de primeiro grau completo e curso de Atendente de Creche. Nesta época, o município começou repensar a EI a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implementada em 1996, que apontava a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Assim, logo as creches municipais deixariam de pertencer à Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social (STAS) para migrar para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) assim chamada neste período.

No ano de 1999, a SMEC assume as creches municipais que passam a ser chamadas de Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI. Sendo assim, a direção das escolas só podem ser assumidas por funcionários concursados e com escolaridade mínima Magistério ou habilitação Superior em Pedagogia. Neste período, eram realizadas reuniões pedagógicas fora do horário de atendimento às crianças e frequentemente as escolas recebiam a visita de uma equipe multiprofissional (pedagoga, nutricionista, técnica de enfermagem, assistente social e psicóloga). Essa equipe tinha como missão “organizar, orientar e supervisionar o trabalho pedagógico das escolas que conforme a nova LDB e Parâmetros Curriculares da Educação Infantil, passou a ser centrado no cuidar, educar e brincar” (PPP, 2014, p. 17). Neste momento vemos uma importante mudança conceitual na qual o assistencialismo vai sendo substituído pelo educacional; o cuidar e o educar começam a aparecer nas políticas públicas.

Em 2000, foi preciso realizar um novo concurso para os profissionais que atuavam nas EMEIs com formação mínima em Magistério. A Secretaria de Educação também investiu em formação para os profissionais desta área, promovendo seminários municipais, para os quais contrataram importantes palestrantes da Educação Infantil. Nesta época, também foi determinado que os alunos fossem dispensados uma vez por mês para que os profissionais realizassem formação pedagógica em horário de trabalho.

Em 2004, foi realizada, com organização do Conselho Municipal de Educação, a primeira eleição para o Conselho Escolar nas EMEIs, bem como a primeira eleição para diretor e vice-diretor com participação da comunidade escolar.

No ano de 2006, foi implantada na escola a figura do articulador pedagógico, um profissional da equipe da escola eleito pelos colegas para organizar e supervisionar o fazer pedagógico, bem como planejar as reuniões pedagógicas mensais. Também neste ano é garantido o direito às educadoras da Educação Infantil à Licença Manutenção da Saúde, que trata de um afastamento de cinco dias consecutivos preferencialmente no mês de julho de cada ano. Como férias de julho em escolas do Ensino Fundamental, porém, nas EMEIs a escola não interrompe o atendimento. Então é feito um rodízio de educadoras, de modo que todas tenham sua licença sem prejudicar o andamento da escola. No ano seguinte, foi implementado o plano de carreira para os servidores da Educação Infantil, fruto de muita luta da categoria com o auxílio do Sindicato dos Municipários de Cachoeirinha (SIMCA).

Para ajudar a compreender essa questão, utilizei o estudo realizado por Betina Isabel Henz Müller (2016) que dedicou a compreender a questão dos profissionais de Educação Infantil do município e problematizou a luta destes junto ao sindicato para a legitimação deste plano de carreira:

No ano de 2007, os Atendentes de Educação Infantil, juntamente com o Sindicato dos Municipários de Cachoeirinha, travaram uma luta, exigindo um Plano de Carreira que lhes permitisse ter seus direitos garantidos e sua função reconhecida como tal (MÜLLER, 2016, p. 25).

Este estudo constatou que os profissionais atuantes na Educação Infantil exercem a docência, porém não são reconhecidos e valorizados, trabalhando mais horas e ganhando menos pela mesma função.

Nesse sentido, podemos considerar uma desvalorização com relação aos Atendentes de Educação Infantil em oposição aos Professores, já que possuem uma carga horária maior e um valor menor por hora/aula. Essa questão deixa explícita a falta de reconhecimento desse cargo como docente – apesar de se exigirem as práticas educativas dos Atendentes, os quais executam atividades pedagógicas e possuem uma constante qualificação profissional (MÜLLER, 2016, p. 29).

Como foi mencionado acima, o município de Cachoeirinha/RS ainda não reconhece as profissionais de Educação Infantil como professoras de Educação Infantil utilizando ainda hoje o cargo de atendente de Educação Infantil. Porém, neste estudo refiro-me a elas como professoras reconhecendo sua formação e valorizando seu trabalho docente.

No ano de 2008, foi realizado um concurso público para o cargo Atendente de Educação Infantil, nomenclatura utilizada até hoje, com a formação mínima Magistério. Essa questão gera muita discussão no município, pois as atribuições do cargo de Atendente de Educação Infantil correspondem à docência, ou seja, o trabalho pedagógico é feito levando em consideração as aprendizagens e desenvolvimento da criança, sem falar nos processos de registro, documentação e avaliação das crianças, bem como cadernos de chamada e diário de classe. Então, a troca da nomenclatura de “Atendente de Educação Infantil” para “Professor de Educação Infantil” está na pauta de reivindicações do SIMCA. Contudo, é um assunto que, segundo a mantenedora, é preciso ser bem analisado, pois trata-se de uma questão muito importante e não pode ser feita de uma hora para outra, sendo preciso muito estudo para ver como fazer essa troca de forma legal.

No ano seguinte, foi realizada a primeira eleição de Círculo de Pais e Mestres da Educação Infantil com organização do Conselho Municipal da Educação.

Em 2011, o município recebeu a primeira escola infantil do Governo Federal do projeto Proinfância, no bairro Vila da Paz chamada EMEI Estrela Guia abrindo mais 136 vagas para a Educação Infantil.

De acordo com o Plano Nacional de Educação<sup>6</sup> a meta é de que 50% das crianças da creche estejam matriculadas nas escolas, porém em Cachoeirinha/RS no ano de 2017 apenas 27,86% das crianças em idade de creche estavam

---

<sup>6</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso: 11 nov. 2018.

matriculadas, ou seja, pouco mais da metade da meta proposta pelo PNE foi alcançada.

No que se refere à pré-escola, a meta é de 100% das crianças matriculadas, porém o município ainda não conseguiu alcançar essa meta, tendo atingido até o ano de 2017 apenas 71,58% de crianças matriculadas<sup>7</sup>.

Atualmente o município de Cachoeirinha/RS conta com 13 escolas de Educação Infantil e outras 17 escolas de Ensino Fundamental que atendem crianças de pré-escola, totalizando 2.369 crianças da Educação Infantil matriculadas na rede pública municipal de Cachoeirinha/RS<sup>8</sup>.

Foi possível perceber as mudanças históricas e conceituais no que se refere à concepção de Educação Infantil no município, de um olhar inicialmente assistencialista com profissionais sem formação a uma proposta educacional com professores com formação específica para desenvolver, da melhor forma possível, as crianças matriculadas nas instituições de ensino do município de Cachoeirinha. Trata-se de uma história com muitos protagonistas, na qual só foi possível modificar a visão assistencialista, para uma visão educativa quando a legislação foi respeitada e vivenciada na prática. A história da EI no município expressa o quanto o investimento em formação foi importante para a constituição de um projeto municipal que a reconheça como primeira etapa da Educação Básica, mas ainda há uma trajetória em busca de qualidade, principalmente no que se refere à valorização dos professores, já que ainda hoje não são reconhecidos em sua função quanto ao cargo e ao plano de carreira, evidenciando que esta ainda é uma luta da categoria. Neste sentido, é possível afirmar para além deste estudo através da minha experiência profissional como professora há quatro anos, que não podemos ignorar as conquistas realizadas ao longo do tempo por órgãos importantes como Conselho Municipal de Educação e Sindicato dos Municípios de Cachoeirinha.

É preciso conhecer a própria história para valorizar o passado e lutar no presente para modificar o futuro, sempre permanecendo com o foco para que tenhamos uma Educação Infantil de qualidade para todas as crianças pequenas.

---

<sup>7</sup> TC EDUCA. **Consulta**. Disponível em: <[https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/dados\\_consulta](https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/dados_consulta)>. Acesso em: 11 nov. 2018.

<sup>8</sup> CACHOEIRINHA. **Matrículas e Infraestrutura**. Disponível em: <[http://qedu.org.br/cidade/5358-cachoeirinha/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education\\_stage=0&item=>](http://qedu.org.br/cidade/5358-cachoeirinha/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>)>. Acesso em: 27 out. 2018.



## 8 OLHARES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

Esta seção é dedicada a problematizar as questões trazidas pelas profissionais da educação entrevistadas. Foram muitos os posicionamentos que sem dúvida irão ajudar a compreender a complexidade envolvida na ação docente.

Irei focar também na questão-chave do trabalho, ou seja, o processo de implementação da BNCCEI (2017) no município de Cachoeirinha/RS, destacando a concepção das profissionais envolvidas neste processo, bem como das professoras que terão a missão de colocar em prática este documento.

### 8.1 UMA VISÃO ASSISTENCIALISTA: “AS PROFESSORAS ERAM TIAS”

Como já vimos, a Educação Infantil se tornou parte da Educação Básica após a aprovação da LDBEN no ano de 1996. Antes disso, ela era de responsabilidade social, ou seja, era vinculada às Secretarias de Assistência Social, preponderando uma visão assistencialista da educação das crianças pequenas. Após a aprovação desta lei, os profissionais precisaram se qualificar para continuar desenvolvendo um trabalho com as crianças, já a Educação Infantil se vinculou às Secretarias de Educação, preponderando uma concepção de que as práticas não poderiam focar apenas nas ações de cuidado, mas era necessária uma proposta educacional para os pequenos. Como bem destaca o documento da BNCCEI (2017):

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar (BNCC, 2017, p. 34).

Entretanto, essa transição no município de Cachoeirinha não foi fácil, tendo em vista que muitos profissionais que atuavam nesta etapa eram concursados, portanto, tinham estabilidade, mas muitos não tinham o desejo de se qualificar. Então, após a aprovação da lei, o município abriu concurso público com a escolaridade mínima exigida pela lei, ou seja, Magistério ou Licenciatura.

Uma das entrevistadas deste estudo, professora que hoje atua como assessora pedagógica da Educação Infantil na SMED, conta como foi o início de sua jornada neste município e como era a visão em relação à Educação Infantil.

*Estou há 16 anos e vivi muitas mudanças nessa caminhada. Iniciei aqui recém-formada em Educação Infantil e entro dentro de uma realidade de escola muito assistencialista, onde as professoras eram tias, se posicionavam como tia e o fazer era estritamente “o cuidar”. Eu lembro de ter uma vivência em uma sala de pré que foi a minha primeira turma aqui e eu decorei toda a sala com letras do alfabeto e a coordenação a SMED foi visitar e me fez retirar na hora tudo, com a justificativa de que ali não era espaço para letras. E não era o entendimento que eu tinha né? O entendimento que eu tinha era a importância da apresentação para as crianças desde muito pequenas, para que elas identificassem esse mundo completamente letrado. Então foi bem difícil, eu sofri bastante nesse início porque eu tinha essa visão, cheia de ideias e recém-formada, mas fico muito feliz em ver hoje essa unidade da Educação Infantil com Ensino Fundamental. Essa troca de experiências, é fundamental. (Assessora Pedagógica Ed.Infantil SMED 05/10/2018).*

Nesta fala, podemos ver a presença muito forte do assistencialismo bem como o de cuidado sem intencionalidade pedagógica, pois nem mesmo se podia fazer menção às letras do alfabeto. Para aquela administração, isso não era visto como um saber possível para as crianças da Educação Infantil.

Conversando com as professoras que trabalham a menos tempo no município, podemos perceber o quanto a visão assistencialista está, felizmente, dando espaço à visão educativa da Educação Infantil.

*Quando iniciei queria trabalhar no Ensino Fundamental, acreditava que isso era ser professora. Eu queria escrever no quadro, corrigir caderno fazer essas coisas, mas na Educação Infantil me realizei. “Eu vi outro mundo” “me apaixonei” “adoro essa faixa etária”. Trabalho há 9 anos aqui e vi que a criança consegue aprender sem precisar de um quadro, sem precisar de cadeiras, não precisamos de nada disso para que eles aprendam (Professora da Creche 03/10/2018).*

Essa professora vê a importância que a Educação Infantil tem, vê as potencialidades das crianças pequenas e desmistifica a crença de que somente se produz conhecimento em uma sala de aula tradicional com “alunos padrão Ensino Fundamental”. A professora da pré-escola, assim como a professora da creche, também tinha a intenção de trabalhar com o Ensino Fundamental, porém, como sua colega de profissão, foi possível perceber o quanto se identificou com Educação Infantil.

*Sempre sonhei em ser professora, sempre tive certeza do que eu queria. A prática só me confirma. Eu tinha a visão que queria ser prof. do Ensino Fundamental, fazia concursos, mas não passava, ou passava, mas não era chamada. Então minha mãe me deu a ideia de fazer concurso para Educação Infantil. E estou há sete anos aqui e hoje não quero mais sair. Já fui diretora, mas gosto mesmo de sala de aula (Professora Pré-Escola 05/10/2018).*

Esse fenômeno pode ser explicado segundo Nancy Nonato de Lima Alves (2006).

As motivações pessoais para a atuação na Educação Infantil são indicativas de sentidos da docência, articulando-se com as concepções de Educação Infantil e do papel do educador e configurando uma das dimensões da identidade profissional (ALVES, 2006, p. 8-9).

*Temos muito a aprender com as crianças, é muito bom ver a inocência deles, isso é muito bom. Mas temos que ter **o dom**, ter paciência para trabalhar com as crianças. É isso que ser professor de Educação Infantil te exige (Articuladora Pedagógica 09/10/2018, grifos meus).*

Podemos perceber, nas falas das profissionais, a relação da profissão docente com um amor, um dom que deve ser exercido com muito louvor e dedicação, porém, essa concepção vem sendo bastante discutida no meio acadêmico e tem sua origem muito bem explicada por Alves (2006)

A disposição de servir e de ajudar ao outro, à sociedade, é uma das dimensões da concepção do magistério como vocação/sacerdócio historicamente construída a partir do século XIV, quando se abriram escolas elementares para as camadas populares e o clero não conseguiu atender sozinho a toda demanda. Foram, então, convocados colaboradores leigos

que, para assumir a função docente, deviam fazer uma profissão de fé, jurando fidelidade aos princípios da instituição e doação sacerdotal aos alunos independentemente das condições de trabalho e do salário. O termo professor, portanto, originalmente designa “aquele que professa” (Hypólito, 1997) (ALVES, 2006, p. 9).

Com a fala das professoras, podemos perceber como a Educação Infantil é vista pelos profissionais que atuam nela, pois a maioria das pessoas entrevistadas relatou que sua primeira opção de atuação seria no Ensino Fundamental. Isso se deve ao fato de que elas acreditavam que ser professora era escrever no quadro, corrigir cadernos, elaborar exercícios e provas.

Ao se depararem com o mundo da Educação Infantil, as profissionais descobrem outra forma de ser professora e afirmam que gostam desta forma mais atípica de lecionar<sup>9</sup>, pois o professor de Educação Infantil não precisa de quadros, correção de cadernos e outras coisas para construir o conhecimento. Nela se aprende com as experiências práticas; todos os momentos da rotina são favoráveis ao aprendizado. As relações de afeto que se formam durante a troca de uma fralda são essenciais para o vínculo professor/aluno. Também os momentos de guardar os brinquedos, quando as crianças estão seriando e classificando objetos; as brincadeiras com obstáculos, em que as crianças estão desenvolvendo estratégias ao ter que encontrar a melhor forma de superar um obstáculo utilizando o corpo todo, por exemplo.

Assim acontecem as aprendizagens na Educação Infantil. Isso fez com que as profissionais se encantassem com sua prática e optassem por trabalhar nesta etapa de ensino.

## 8.2 O TRABALHO NA PRÁTICA COM AS CRIANÇAS: “NÃO PODEMOS ATROPELAR AS COISAS, ELES PRECISAM CONSTRUIR”

O trabalho com as crianças da Educação Infantil hoje é encarado com muita seriedade pelo corpo docente do município. Podemos perceber isso durante

---

<sup>9</sup> Inspirada na ideia de adulto atípico de Corsaro (2005) quando fala do papel do pesquisador nas relações com as crianças, o professor de Educação Infantil tem uma postura de interação e aprendizagens recíprocas com as crianças desempenhando uma função de professor atípico, aquele que foge do que é um comportamento esperado para um professor, isto é, de uma relação historicamente vertical para uma relação horizontal, de trocas, de diálogos, de interação e brincadeira, reconhecendo as crianças como seres em desenvolvimento e de direitos.

entrevistas, em especial com uma professora da creche quando explica como é seu trabalho na prática com as crianças de até três anos.

*Eu acho que antes de tudo, tu conhecer a faixa etária que tu tá trabalhando. Eu já passei por pré, já passei por berçário, os outros anos maternal 1. Então difere né? No entendimento deles pra coisas, o que a gente vai proporcionar dentro da sala de aula, a maturidade da faixa etária e dentro mesmo da turma que tu tem, da faixa etária que tu tem. Cada um tem o seu tempo, cada um tem a sua maturidade. A forma de entender as coisas que tu trazes né? Então é bem importante assim, tu conhecer a faixa etária, o que é conveniente trabalhar, o que é relevante trabalhar com eles. Tu tens as tuas ideias, mas nem sempre é o que a turma quer, nem sempre é o que eles gostam, né? É uma faixa etária que eles gostam muito do concreto, do corpo, a música é uma grande auxiliar pra gente nos trabalhos diários. A gente consegue fazer muita coisa usando a música como suporte, os livros, as histórias... então é tudo muito dramático, tudo muito teatral. Tem que ser pra chamar atenção deles, né?. É uma faixa etária que eles gostam de tudo o que tu oferece pra eles, tudo é novidade, é tudo muito mágico, eles gostam bastante dessas coisas (Professora da Creche 0-3, 03/10/2018).*

É possível perceber que para essa profissional é fundamental observar o que as crianças estão demandando e para que isso ocorra com mais segurança, ela utiliza a estratégia de conhecer a faixa etária e trabalhar de acordo o processo de desenvolvimento da criança.

Ao lançar mão desta estratégia, a professora está em consonância com o que está sendo proposto pela BNCCEI (2017). Ou seja, é legítima a articulação entre o trabalho proposto relacionado com a faixa etária e observando a demanda das crianças. “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BNCCEI, 2017, p. 37).

Podemos ver no relato abaixo desta professora de pré-escola a visão que tem de Educação Infantil em relação ao que se espera desta etapa de ensino sobre a questão das turmas de pré-escola em escolas de Ensino Fundamental, onde a intenção pedagógica é vista de outra forma.

*Precisamos trabalhar com eles como Educação Infantil, continuar o trabalho uma evolução do maternal. Trabalhar bastante a motricidade, trazer para eles um ambiente que proporcione a convivência com as letras e números, a construção do nome deles, as quantidades, o limite do corpo: direita e esquerda, mas não podemos atropelar as coisas. Eles precisam construir isso com a ajuda do professor, eu dou muita importância para a Educação Infantil. Daí sim eles podem sair prontos para o Ensino Fundamental. Não podemos deixar se perder o trabalho lúdico que fazemos aqui. Temos uma diferença dos pré de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. As prof. de lá já tem um olhar para o Ensino Fundamental. Acho que tinha que haver aqui uma interação de verdade, um diálogo com as profs. de fundamental e de Educação Infantil, por que existe uma desconexão, pois parece que as crianças de pré-escola de Ensino Fundamental já estão com tudo construído, então parece que se parte logo para a alfabetização, mas antes disso temos que trabalhar várias outras coisas muito importantes (Professora Pré-Escola 05/10/2018).*

Essa questão envolvendo turmas de crianças da Educação Infantil sendo atendidas em escolas de Ensino Fundamental é uma estratégia para atender parte da demanda que é enorme., pois no ano de 2009 através da emenda constitucional nº 59 é regulamentada a obrigatoriedade das crianças de 4 anos a serem matriculadas na pré-escola. Em 2013, houve uma alteração na LDB através da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 ratificando a regulamentação feita em 2009. “Art. 6º – É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, muitos municípios, para poder atender esta demanda, utilizaram a estratégia de abrir turmas de Educação Infantil em escolas de Ensino Fundamental. Então, em janeiro de 2013, o MEC expediu um documento: “DÚVIDAS MAIS FREQUENTES SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL”. Segundo esse documento,

Muitos municípios utilizam o espaço físico de escolas de Ensino Fundamental para ampliar turmas de Educação Infantil - pré-escola. É importante ressaltar que essa alternativa exige que **a proposta pedagógica contemple as especificidades da faixa etária** e que o espaço físico esteja adequado para o desenvolvimento do trabalho da Educação Infantil (MEC, 2013, p. 9 grifos meus).

Podemos ver que esta estratégia é legitimada pelo MEC, que reconhece que essa prática é feita em muitos municípios. Entretanto, recomenda-se que a proposta pedagógica seja feita de acordo com a faixa etária, bem como o espaço deve ser pensado e adequado para as crianças de quatro e cinco anos.

Talvez a solução mais rápida neste momento seja seguir a indicação da professora entrevistada, que sugere que o município deva promover mais momentos de integração entre os profissionais que atuam na Educação Infantil e os profissionais do Ensino Fundamental, com formações em que fique claro o papel da pré-escola esteja ela onde estiver.

### 8.3 OS SUBSÍDIOS UTILIZADOS NO TRABALHO DOCENTE “*UM NORTE NO FAZER PEDAGÓGICO*”

Sabemos que a Educação Infantil tem suas especificidades próprias e para suprir essa demanda temos documentos norteadores que subsidiam esse trabalho, documentos estes já mencionados aqui como as DCNEIs (2009) que orienta o fazer pedagógico, servindo como base ao professor para seus planos diários. Agora temos também a BNCCEI (2017) que articula os direitos de aprendizagens com os campos de experiência, dando ao professor uma série de objetivos que servem também como orientação em seus planos.

Os dados analisados nas entrevistas no que se refere aos subsídios para um fazer pedagógico revelam várias questões importantes tangente ao desenvolvimento do trabalho com as crianças.

Ao serem questionadas sobre os subsídios utilizados no trabalho docente, surgiram diversas questões como o auxílio de livros, materiais pedagógicos e a pesquisa na internet.

A assessora da SMED que está à frente da implementação da BNCC no município destacou a importância do Conselho Municipal de Educação na regulamentação deste trabalho.

*Nós temos aqui no município um sistema próprio, o Conselho Municipal de Educação. O Conselho que faz assim, as normas, as resoluções, os pareceres, e é quem dá o norte, então, pro ensino.*

*Então nós temos ali resoluções pareceres enfim, né? Pra regulamentar também a Educação Infantil.*

*Dentro da escola nós temos propostas político pedagógicas, temos regimento e neste momento as escolas estão construindo planos de estudo. Esse estudo que a gente tá fazendo: da BNCC, dos conceitos mínimos, pras escolas contemplarem os seus planos de estudo (Assessora Pedagógica SMED 05/10/2018).*

Quanto ao Conselho Municipal de Educação, segundo o site da Prefeitura, sua função é de:

- I. Elaborar e aprovar o seu regimento;
- II. Promover o estudo da comunidade, tendo em vista os problemas educacionais;
- III. Sugerir critérios para ampliação da rede de escolas a serem mantidas pelo Município, tendo em vista as diretrizes traçadas no PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- IV. Estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das escolas públicas;
- V. Traçar normas para elaboração de planos municipais de ampliação de recursos em educação;
- VI. Emitir parecer sobre:
  - Assuntos e questões de natureza educacional que lhe foram submetidos pelo Poder Executivo, Legislativo e Entidades respectivas;
  - Concessão de auxílio e subvenções a instituições educacionais públicas;
  - Convênios, acordos ou contratos relativos a assuntos educacionais que o Poder Público Municipal pretenda celebrar;
- VII. Estabelecer critérios para concessão de bolsas de estudos a serem custeadas com recursos municipais;
- VIII. Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e com os Demais Conselhos Municipais de Educação;
- IX. Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação (CACHOIEIRNHA, 2018).

No município de Cachoeirinha/RS, os planos de estudo são conceitos mínimos elaborados pela escola. Segundo a assessora da SMED, cada instituição elegerá o que é importante de ser desenvolvido em cada nível da Educação Infantil. Esse documento está em construção nas escolas, será construído de acordo com a BNCCEI 2017 e após sua aprovação será incluído no PPP de cada escola.

A assessora pedagógica da Educação Infantil também destacou a importância dos planos de estudos para o trabalho prático com as crianças.



*Até então a Educação Infantil não tinha assim uma orientação, porque a gente também fica nessa espera de conteúdos assim, o que dar conta nesse universo infantil e isso é um pouco novo pra nós nesse fazer escrito de estabelecer esses registros de o que fazer. Mas não está diferente do que já era feito porque fazíamos mas não percebíamos que era feito. Então a gente tá estruturando o que é já o fazer da Educação Infantil no município de uma forma única assim com todas as escolas que tem pré e Educação Infantil e estruturando isso no papel pra que tenhamos então um norte do que cada nível deve atingir (Assessora Pedagógica Ed. Infantil SMED 05/10/2018).*

É importante registrar em relação ao relato da assessora que a prática em sala de aula realizada na Educação Infantil não tinha nenhum documento orientador em âmbito municipal sobre o “como fazer”. Mesmo que as professoras soubessem o que desenvolver em cada etapa, esse registro não era uma exigência ou uma proposta dentro do contexto municipal. A construção desse registro que está sendo feito agora servirá como subsídio para que novos professores tenham um norte de como trabalhar em cada nível da Educação Infantil.

As professoras que estão trabalhando em sala de aula destacaram como seu principal aporte seu conhecimento pessoal e seu compromisso com o trabalho docente.

*Além do material pedagógico, os livros, o nosso conhecimento e principalmente a nossa boa vontade, não adianta estudar e não gostar do que faz. Ter intencionalidades. Temos aqui no município a formação mensal que serve para a troca e experiências e planos da escola e estudos. Discussões do dia-a-dia e agora estamos revendo a PPP (Professora da Creche 0 -3 03/10/2018).*

Essa professora desabafa dizendo que é preciso de mais tempo para o planejamento e fala sobre a falta de pessoal, o que muitas vezes dificulta o trabalho.

*Sempre procuro embasamento em tudo que vou fazer, procuro muito na internet, procuro não ficar engessada em datas comemorativas. Busco ideias do que eu quero trabalhar e de coisas que eu posso adaptar. Agora estou trabalhando meio ambiente, então procuro outras coisas que posso fazer sobre isso, existem mil coisas que podemos fazer com as crianças e eu procuro sempre coisas novas. A SMED procura nos subsidiar como dá. Precisaríamos de mais encontros, mais tempo para planejar e estudar. Às vezes essas coisas ficam a desejar, por exemplo, muitas escolas estão com falta de pessoal, então as professoras ficam sem hora atividade (Professora Pré-Escola 05/10/2018).*

A articuladora pedagógica destaca que para ela o principal subsídio é, sem dúvida, a resposta das crianças, pois elas a impulsionam a melhorar seu trabalho.

*Muita leitura, amor e paciência. Porque ao mesmo tempo em que estamos com crianças pequenas e pensamos que elas não vão nos exigir um bom trabalho, aí que estamos enganados, pois elas nos puxam e nos exigem um bom trabalho. (Articuladora Pedagógica 09/10/2018).*

As professoras problematizam questões fundamentais no que se refere à qualidade do trabalho com a Educação Infantil. A professora de pré-escola toca em um ponto muito importante: o tempo de formação e planejamento. Hoje a mantenedora prevê um turno de hora atividades quinzenal, ou seja, a cada quinze dias a professora tem um turno de planejamento, porém, se por algum motivo um profissional fica impossibilitado de ir ao trabalho (consulta médica, problemas particulares, filhos, etc.), esse profissional perde seu dia de planejamento, pois não há professor substituto. Contudo em escolas de Ensino Fundamental, as professoras têm hora atividade toda semana. No que se refere à formação, também há uma grande diferença, pois na Educação Infantil há previsto apenas um dia no mês para reunião pedagógica, enquanto no Ensino Fundamental se tem reunião pedagógica toda a semana.

Considerando as especificidades já mencionadas neste estudo referentes à Educação Infantil, a forma atípica que os profissionais se relacionam e constroem conhecimentos com as crianças, a importância das interações e brincadeiras além

dos momentos de experiência que precisam ser propostos às crianças, o momento de planejamento e reunião pedagógica são de fundamental importância. Esses momentos precisam ser garantidos para os profissionais da Educação Infantil, como são garantidos os do Ensino Fundamental. Minha trajetória pessoal e profissional me leva a considerar que um bom trabalho começa por um bom estudo. Considero que muitas leituras, trocas de experiências com colegas, tempo para pensar e questionar a prática, precisam ser garantido às professoras de Educação Infantil.

#### 8.4 O CONHECIMENTO SOBRE O QUE É BNCCEI (2017): “ATÉ AGORA NÃO TÍNHAMOS UM NORTE”

O estudo deste trabalho mostrou que durante o processo de formulação da BNCC, o governo abriu espaço para o debate e sugestões acerca das ideias inseridas no documento BNCCEI (2017). Todavia, podemos perceber, pelo teor das respostas, que as entrevistadas não se apropriaram deste debate ou não tiveram espaço para que pudessem se colocar e questionar as propostas na Base.

A visão das professoras em relação à BNCCEI (2017) são as mais variadas possíveis. Podemos perceber durante a fala que algumas desconhecem o real motivo da implementação deste documento, bem como até desconhecem outros documentos importantes como as DCNEIs (2009).

*Dei uma estudada no início do ano, sobre a pré-escola, pois eu procuro embasamento em tudo que vou falar. Eu estava sendo cobrada pelos pais para alfabetizar as crianças. Eu achei a BNCC bem completa, valoriza bastante o brincar, o lúdico, mas também fala sobre o letramento, que podemos apresentar as letras e números, mas que não precisamos alfabetizar. Os pais entenderam bem. Eu levei a BNCC para eles verem e saber que eu estava trabalhando de acordo com o que está sendo proposto para a pré-escola (Professora Pré-Escola 05/10/2018).*

A professora da pré-escola mostra que para ela a BNCC é um documento que valida sua concepção de que na Educação Infantil a alfabetização não é o objetivo central e explica que essa era uma questão importante para os pais das crianças. Então foi preciso buscar fundamentação e justificativas em um documento

normativo para que sua concepção fosse apresentada e aceita pelas famílias. Na entrevista questionada sobre o que conhecia da BNCC:

*Ela está sendo renovada, até então tínhamos o RCNEI e nele a gente se baseava para fazer os planos de aula. Claro que agora vai ser uma coisa mais unificada para o Brasil todo. A SMED está preparando a articuladora e depois será trazido para nós. Estamos estudando, mas acho que já temos muito já em prática. A gente já trabalha os campos de experiência. Por que essa ideia não é nova. No dia-a-dia já acontece esse trabalho. Quando eu trabalho uma música, já estou trabalhando o corpo e movimento. A matemática, a seriação, quando vamos guardar os brinquedos fazendo as crianças separar cada um no seu lugar e tal (Professora Da Creche 03/10/2018).*

A professora da creche demonstra em sua fala que desconhece o motivo para a implementação da BNCCEI e também cita o RCNEI como sendo o documento mais atual em relação ao trabalho com a Educação Infantil. Possivelmente desconhece que desde 2009 temos as DCNEIs, um documento bastante satisfatório que orienta o trabalho com as crianças pequenas e cujos principais conceitos trabalhados na BNCCEI foram retirados das DCNEI. Porém, demonstra conhecer a ideia central proposta pelos campos de experiência, nos quais, através de brincadeiras, são propostas experiências novas para as crianças.

O mesmo ocorre com a articuladora pedagógica, pois segundo ela, a BNCCEI irá organizar o trabalho na Educação Infantil e também se refere ao RCNEI da mesma forma que a professora acima.

*Está sendo implantada para a Educação Infantil para a organizar o trabalho com a Educação Infantil. Até então tínhamos os RCNEI, mas não era muito usado. Até agora não tínhamos um norte para trabalhar com cada faixa etária, mas agora temos um documento que vai dizer o que temos que trabalhar em cada faixa etária (Articuladora Pedagógica 09/10/2018).*

Neste sentido, é importante salientar que segundo o MEC:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 7).

A BNCC promete “normatizar e nortear” o trabalho realizado na Educação Básica, propondo para a Educação Infantil os campos de experiência e seis direitos de aprendizagens que devem ser assegurados a todas as crianças matriculadas na Educação Infantil.

Deve ficar claro que a Base tem por objetivo, auxiliar o professor em suas propostas e não determinar o que deve ser trabalhado em sala de aula, ou seja, trata-se de um subsídio para a construção de uma proposta pedagógica a partir das demandas e necessidades das crianças, não deve ser uma norma a seguir.

Oliveira e Barbosa (2018) explicam a estrutura dos campos de experiência<sup>10</sup> relacionando o documento que já tínhamos anteriormente DCNEI.

Essa estrutura já estava prevista nas DCNEIs como uma possibilidade para essa etapa da Educação Básica. Ela tem caráter transdisciplinar e prevê a interação dos campos que reúnem as propostas dos professores e as experiências das crianças ao delas participar (OLIVEIRA; BARBOSA, 2018, p. 5).

Essa estrutura deve respeitar também os direitos de aprendizagens propostos para as crianças da Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer.

## 8.5 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO: “É TRANQUILO DE SE ADAPTAR”

Através das entrevistas, foi possível observar como está sendo o processo de implementação da BNCCEI (2017) e como o corpo docente o vivencia.

---

<sup>10</sup> Campos de experiência: o eu o outro e nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaço, tempo, quantidades, relações e transformações. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Educação Infantil**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: 20 nov. 2018.



*Em maio, tivemos nossa primeira reunião sobre a base, só uma conversa. Depois fizemos outra reunião com Ens. Fundamental com vídeos sobre as competências gerais. Falamos sobre especificidades de cada nível de ensino. No final os profs. concluíram que era mais simples do que eles imaginavam, que as coisas não ficariam tão diferentes de como já estavam. Agora estamos fazendo uma transição, pois as escolas definiram os conceitos mínimos que serão trabalhados e depois veremos onde se encaixa na base. Vamos às formações das escolas conversar sobre a base. Vemos que os profs. percebem que é tranquilo de se adaptar pois, explicamos que é algo que já estava previsto desde 88 e que só vai regular o que já está sendo feito (Assessora Pedagógica SMED 05/10/2018).*

Nesta primeira etapa, em que a SMED propôs uma conversa com as articuladoras pedagógicas para introduzir o assunto BNCC e explicar como seria o processo de implementação deste documento no município, foi possível perceber que segundo a Secretaria, os professores da Educação Infantil deram-se conta de que a BNCCEI (2017) não viria para modificar as práticas já realizadas, mas sim para normatizar o que já vinha sendo feito pelo corpo docente.

*A SMED está promovendo encontros para a discussão da base. E também foi feita pela SMED uma pesquisa de campo onde cada escola tinha que colocar o que deve ser trabalhado em cada nível de ensino e depois pudésemos contrapor e ver se está de acordo com o que a BNCC está trazendo. Tivemos três jornadas da educação onde o representante de cada escola levou a posição da escola referente ao trabalho realizado em cada nível e todos os conceitos que serão trabalhados com as crianças serão incluídos neste documento. Aqui na escola só lemos a introdução ainda da base, mas na próxima formação vamos ler o resto, pois em 2019 será o ano de transição (Articuladora Pedagógica 09/10/2018).*

Este documento ao qual a articuladora refere-se são os planos de estudos, já citados acima. A proposta é analisar o que as escolas consideram fundamental no trabalho com a Educação Infantil e posteriormente adaptar esses conceitos de acordo com o que a BNCCEI (2017) propõe. A mantenedora segue orientação do

MEC em relação ao processo de implementação da BNCC e segundo o guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular (2018)

O principal objetivo desta dimensão é preparar a rede estadual e as municipais para a (re)elaboração curricular em regime de colaboração... O primeiro passo é construir uma estrutura em que todos se sintam representados, redes municipais e estadual, e saibam qual será a sua contribuição no processo (BRASIL, 2018, p. 4).

Durante a entrevista, a Assessora Pedagógica da SMED me apresentou um documento organizado pelo município que serviu como guia para orientar os professores em relação à implementação da BNCC. Este documento informa que a BNCC não é um currículo, pois o currículo será construído pelo estado do RS, denominando-o de “currículo gaúcho”. O município fará um documento orientador levando em consideração esse currículo. Também prevê que a escola deve contemplar o currículo gaúcho e pensar em metodologias que deem conta da BNCC.

*Estamos revendo o PPP de acordo com a base, estamos renovando ele. Esse foi o primeiro movimento sobre a BNCC na minha escola (Professora Pré-Escola 05/10/2018)*

Para essa professora, o movimento de mudança ainda não está posto na prática, possivelmente por ela ainda não ter tido uma participação mais efetiva neste processo. Podemos perceber que quando questionada sobre o processo de implementação, ela dá o exemplo de um momento que possivelmente ela irá participar, ou seja, a PPP da escola, demonstrando a importância que tem a participação dos professores para que a BNCC seja de fato posta em prática. Caso esse profissionais não participem deste processo, o documento corre o risco de ser encarado como uma política de cima para baixo e de não ser posto em prática.

#### 8.6 AS MUDANÇAS COM A BNCCEI (2017): “AS PESSOAS PRECISAM ESTAR PRONTAS PARA ESSA NOVIDADE”

Sabemos que a BNCCEI (2017) ainda não está implementada de fato, porém a partir do que ela propõe podemos pensar em mudanças ou melhora para a prática docente.



As profissionais falaram também sobre suas concepções em relação às mudanças que a BNCCEI (2017) poderá trazer.

*Não sei se uma aprovação vai fazer muita diferença na nossa prática, porque ela só vai ser oficializada uma coisa que já acontece, porque para que a escola se estruture precisa de uma lei. As pessoas precisam estar prontas para essa novidade. Uma coisa que eu notei é que eles tem uma nomenclatura específica para a faixa etária tipo: os bem pequenos os pequenos e tal (Professora da Creche 03/10/2018).*

Neste momento, a professora confunde a proposta da BNCC dizendo que trata-se de uma lei, porém como já vimos, trata-se de uma normativa de caráter obrigatório que tem como principal argumento subsidiar os professores em suas práticas para que os direitos das crianças sejam garantidos.

*Para mim acho que muda muito, pois temos um embasamento para saber o que fazer em cada faixa etária, que a Educação Infantil serve para construir conhecimento. A criança sai preparada para a escola. A BNCC me ajudou a embasar o trabalho com a Educação Infantil (Professora Pré-Escola 05/10/2018).*

A professora da pré-escola mostra sua admiração pelo documento, pois se sente mais confiante em promover o seu trabalho. Mas podemos ver que ela também não considera as DCNEI como um documento para embasar seu trabalho, pois também seria um documento muito potente para subsidiar seu trabalho com a pré-escola.

*Só vai regulamentar uma coisa que os professores já fazem. É importante, pois quem já trabalha aqui já tem uma caminhada, porém quem entra agora ainda está muito perdido, então isso serve para regulamentar o trabalho (Articuladora Pedagógica 09/10/2018).*

A partir das entrevistas, foi possível constatar uma visão de que a BNCCEI (2017) é uma lista de conteúdos que serve para uma consulta rápida de qualquer

profissional da área desavisado que não saiba o que trabalhar e poderá utilizar o documento como forma de inspiração de ideias.

*Isso vai ajudar a não ter muitas diferenças no trabalho desenvolvido, pois hoje vemos uma turma de maternal 1 dando conta de muito mais coisas que maternal 2, então esse documento ajudará a sequenciar o trabalho. Para isso estamos fazendo os planos de estudo que cada escola terá o seu e terá que trabalhar seguindo aquela linha (Assessora Pedagógica Ed. Infantil SMED 05/10/2018).*

Essa é, sem dúvida, uma questão importante de se pensar, pois cada criança é um indivíduo diferente e deve ter seu processo de desenvolvimento respeitado. A escola de Educação Infantil tem a competência e o privilégio de construir propostas através dos espaços, dos materiais e das diferentes interações que provoquem o desenvolvimento e a construção de conhecimento e aprendizagens dos pequenos, cada um no seu tempo.

Nesta direção a BNCCEI (2017) pode ser muito bem vinda, pois apresenta objetivos que podem ser trabalhados com as crianças seguindo as diferentes faixas etárias que compreendem a creche e a pré-escola. Porém, precisamos cuidar muito para não homogeneizar o trabalho com os pequenos, fazendo propostas que considerem somente a faixa etária, precisamos respeitar o desenvolvimento e interesses da turma.

#### 8.7 A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCCEI (2017): “PARTICIPAMOS POR EMAIL”

Durante o processo de construção da BNCC, o governo abriu um canal de comunicação para que a sociedade civil, bem como professores e profissionais da área pudessem participar com sugestões e ideias para as versões posteriores da BNCC.

Procurei saber como foi a participação do município no processo de construção da BNCCEI (2017). Na entrevista as representantes da SMED, expressam que:

*Nesta época eu não estava aqui na SMED, estava na escola, então no Ensino*

*Fundamental foi solicitado que olhássemos a primeira versão e que mandássemos um email com sugestões para a nova versão (Assessora Pedagógica SMED 05/10/2018).*

*Quando o processo aconteceu não estávamos aqui na SMED, mas pelo que sabemos quem participou foi o estado do Paraná (Assessora Pedagógica Ed. Infantil SMED 05/10/2018).*

Procurando os registros na internet, encontrei no blog<sup>11</sup> do Conselho Municipal de Educação uma cópia de email que enviaram para as escolas no dia dois de dezembro de dois mil e quinze, convidando-as a participar do debate da BNCC (2015) baixando a primeira versão, lendo e escrevendo sugestões para a próxima versão, com um prazo de quatorze dias. Porém, não encontrei registros de algum email com sugestões feitas pelas escolas ou até mesmo registro dos encaminhamentos pelo CME.

No que se refere à participação a qual à assessora da Educação Infantil mencionou, penso que ela possivelmente teria feito confusão, pois foram feitas cinco audiências públicas organizadas pelo Conselho Nacional de Educação nas cinco regiões do país, com participação de representantes de diferentes entidades e movimentos sociais em cada região, e aqui no sul a audiência foi feita em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis.

#### 8.8 OS DESAFIOS QUE A BNCCEI (2017) TRAZ: “UNIFICAR O BRASIL TODO É ESTRANHO”

Sabemos que a ideia central deste documento que é objeto de análise deste estudo, refere-se a uma base nacional que seja comum. Essa questão causa estranhamento já que vivemos em um país enorme e de culturas muito diversas. Então durante a conversa não pude deixar de perguntar sobre os desafios que para elas estão postos com a implementação da BNCCEI (2017). Novamente percebi muitos olhares diferentes, muitos desafios para esse documento.

---

<sup>11</sup> CACHOEIRINHA. **Conselho Municipal de Educação – CME.** Disponível em: <<http://cmecachoeirinha.blogspot.com/2015/>>. Acesso em: 11 out. 2018.

*Acho que trazer para a realidade da gente. Quem não participa e não teve acesso a esse material ainda não tem noção do que é isso. Tipo essa coisa de unificar o Brasil todo é estranho porque cada região e cidade tem a sua realidade. A cultura é muito única de cada região, então ainda não sei como vai ser isso, o que vai ser unificado para todo o país e o que vai ser específico para nossa região. Isso me chamou atenção (Professora da Creche 03/10/2018).*

A preocupação da professora da creche em relação à unificação da base para todo o país é também tema de discussão e preocupação no meio acadêmico, como explicam Abramowicz, Cruz e Moruzzi (2016):

Dito de outra forma, ao concordarmos e confluirmos para um suposto consenso da aceitação de uma base comum para a Educação Infantil, há uma perda para quem toma a diferença como mote pedagógico/educativo, pois a forma ou "invólucro" no qual se assenta a base, ou seja, o comum e o universal impõe, desde logo, um conteúdo que deve ser "homogêneo", único, comum e universal, pois a diferença não se encapsula, uma vez que sempre difere. Além disso, há que se fazer um esforço teórico e prático para que os campos de experiências não sejam a ante sala dos conteúdos clássicos sistematizados em disciplinas (ABRAMOWICZ; CRUZ; MORUZZI, 2016, p. 51).

Abaixo a professora de pré-escola novamente desabafa sobre sua preocupação em relação ao tempo de planejamento, o que para ela parece ser fundamental, visto que a Base propõe interações possíveis de se trabalhar com as crianças. Contudo, é preciso que se tenha tempo para que o trabalho seja planejado e executado da melhor forma possível.

*Ter um tempo para planejar. Não vejo muito problema para colocar em prática, mas é só o tempo para o planejamento do trabalho. A base é bem tranquila de ser seguida porque é mais ou menos aquilo que já trabalhávamos (Professora Pré-Escola 05/10/2018).*

*Acredito que não tenham desafios, por ser uma questão de regulamentação. Mas acho que o desafio será para os professores, para seguir à risca o que a base está dizendo e não ficar engessado somente nos conceitos da base, pode trabalhar outros também, mas mais é a aceitação do professor no documento (Articuladora Pedagógica 09/10/2018).*

Essa é uma concepção defendida também no meio acadêmico, pois acredita-se que a base não pode ser um documento que virá para mecanizar o trabalho com a Educação Infantil, mas sim para garantir direitos mínimos das crianças. Como explicam Abramowicz, Cruz e Moruzzi (2016),

Uma das preocupações que se faz presente neste debate que nos propomos a fazer neste artigo é de que a Educação Infantil não seja pensada a partir dessa perspectiva restrita de conhecimentos e habilidades. Ao contrário, defendemos a ideia de que a Educação Infantil deve-se orientar por uma perspectiva em que prevaleçam as experimentações, as criações de novos possíveis, os pensamentos, a partir do faz-de-conta e das brincadeiras, algo impossível de ser encapsulado, universalizado e vendido como mercadoria (ABRAMOWICZ; CRUZ; MORUZZI, 2016, p. 51).

Apesar de todos esses riscos, a SMED de Cachoeirinha/RS vê a implementação da base como algo bom, pois irá ajudar a compreender o universo infantil. Destaco que esta questão é muito controversa, pois como já foi dito, temos outros documentos que nos ajudam a olhar o universo infantil e a trabalhar tendo a criança como centro do currículo.

*Vejo com bons olhos, vejo que ela veio para nos ajudar a olhar o universo infantil. (Assessora Pedagógica Ed. Infantil SMED 05/10/2018)*

*Acho que na Educação Infantil será mais tranquilo, mas nosso desafio será construir os objetivos de acordo com a base e dentro do que a escola acredita. E garantir que todos os direitos de aprendizagem estejam no fazer pedagógico de nossas crianças (Assessora Pedagógica SMED 05/10/2018).*

Durante a conversa, a assessora pedagógica relatou que a SMED estava enfrentando muita dificuldade em relação às ideias da BNCC no Ensino Fundamental. Disse que para eles a mudança seria muito maior e isso acarretaria em um sentimento de negação bastante significativo para os professores do Ensino Fundamental. Todavia para os profissionais da Educação Infantil, essa questão estava sendo tratada de forma mais natural, já que as concepções defendidas na BNCCEI (2017) são de certa forma uma tradução do que já era defendido em 2009 com as DCNEIs.

A Base está colocando o município em um momento de diálogo em que os profissionais e mantenedora estão repensando sua prática e o seu fazer pedagógico. Então essa é uma oportunidade de se tocar em pontos cruciais como: a questão do tempo para planejamento e reunião pedagógica das professoras de Educação Infantil e nomenclatura do cargo de atendente de Educação Infantil.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho ajudou a compreender o processo de implementação da BNCCEI (2017) no município de Cachoeirinha/RS. Para que essa tarefa fosse executada de forma mais clara, foi preciso rever a legislação para compreender o processo de construção do direito à Educação Infantil das crianças brasileiras.

Para tal estudo, foi fundamental rever textos que problematizam essa conquista do campo da educação e compreender o motivo pelo qual ainda hoje vemos instituições de Educação Infantil com forte influência assistencialista. Zilma de Oliveira (1998) constata isso em um texto que dedicou a estudar sobre a estrutura e funcionamento de instituições de Educação Infantil “A história destas instituições tem evidenciado heranças filantrópico-assistencialistas muito distantes daquilo que um modelo pedagógico de qualidade hoje propõe para a Educação Infantil (OLIVEIRA, 1998, p. 88).

Como já havia dito anteriormente, a LDBEN (1996) é uma lei inovadora e bastante desafiadora, pois depois de 22 anos ainda estamos lutando por sua legitimidade na prática no que se refere aos direitos das crianças, na formação e valorização dos professores, entre outras questões. Destaco que somente no ano de 2017 conseguimos organizar a BNCC, o que já havia sido previsto com sua aprovação em 1996. Oliveira (1998) vai mais além, afirmando que a Lei nos ajudará a reformular a estrutura da Educação Infantil que intitula de “arcaica”.

O desafio trazido pela Lei 9394/96 é grande, mas enfrentá-lo deverá seguramente contribuir para fazer avançar a área. A ocasião é para ser criativo, ousar superar formas de arranjo de estruturação das creches e pré-escolas fundamentadas em concepções arcaicas em relação às funções da Educação Infantil e à criança e seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 1998, p. 89).

Com a intenção de compreender o processo de construção da BNCC (2017), analisei as discussões em diferentes documentos, blogs e artigos científicos, e os possíveis apontamentos para as instituições de Educação Infantil. Nesta perspectiva, podemos avaliar que segundo o Governo Federal, o processo se deu de forma democrática, ouvindo a voz da sociedade civil, porém, como constatou o estudo, não foi possível saber como as sugestões da sociedade civil foram levadas em consideração nem como foram aproveitadas em algum momento.

E possível afirmar que diferente das outras etapas da Educação Básica, na Educação Infantil a BNCC se ateu às especificidades desta etapa que é tão importante para o desenvolvimento, focando nos direitos das crianças da Educação Infantil, problematizando a questão educar/cuidar e mostrando que esses dois conceitos estão inteiramente relacionados e não podem ser desvinculados.

O estudo procurou trazer questões adversas em relação à construção da BNCC, problematizando o conceito de campos de experiência, trazendo um ponto polêmico referente à transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Foi constatado também o fato de que os profissionais-alvos deste estudo, atuantes hoje na Educação Infantil, não utilizam as DCNEIs como base para o planejamento ou como subsídios em suas práticas. Isso nos leva a pensar se com a BNCC não correrá também o mesmo risco já que foi feito com base nas DCNEIs.

Quanto ao processo de implementação da BNCCEI, vimos que a prefeitura segue as normas propostas pelo Governo, com o plano de implementação, porém ficam questionamentos. Esses professores estão se sentindo parte deste processo? A inclusão das ideias da BNCC na PPP da escola será suficiente para que os profissionais entendam a importância desta normativa e coloquem em prática suas ideias?

O estudo nos leva a pensar o quanto o processo de participação é importante para que todos os envolvidos se sintam parte deste documento. Pelo que relatam os profissionais, o entendimento sobre ele é superficial mostrando que não tiveram envolvimento ativo neste processo.

Outro ponto muito importante que foi tópico deste estudo diz respeito à questão da formação pedagógica e tempo para planejamento. Partindo do princípio que a BNCCEI (2017) traz conceitos e objetivos fundamentais, é preciso que o professor dedique tempo para ler, pesquisar e se aprofundar para propor atividades que façam a diferença no desenvolvimento das crianças.

Ficam ainda lacunas abertas em relação ao processo de implementação da BNCC, pois é visto que esse documento precisa ser flexível e dar abertura para que as peculiaridades e especificidades regionais tenham espaço e estejam garantidas nas práticas das escolas.

A implementação da BNCCEI (2017) é um movimento nacional muito importante e para que seja completo, precisa garantir tempo para formação e apropriação por parte dos professores, promovendo a discussão e a reflexão, para



que os profissionais possam de fato participar desta implementação, caso contrário ele será um documento a mais na escola sem valor prático.

É visto que a BNCCEI (2017) traz conceitos mínimos para garantir o desenvolvimento das crianças, de forma lúdica e suave com a premissa dos campos de experiência, isso não pode ser ignorado. O ponto agora é fazer com que esse documento tome forma, tome corpo dentro da escola com a participação ativa dos professores de Educação Infantil.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; CRUZ, Ana Cristina J.; MORUZZI, Andrea Braga. Alguns Apontamentos: A quem interessa a Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil? **Debates em Educação**, Maceió, v. 8, n. 16, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2385/2134>>. Acesso em: 5 out. 2018.

ALVES, Nancy Nonato de Lima. Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende: Significados da docência em educação infantil na ambiguidade entre a vocação e a profissionalização. **ANPED.org**, Rio de Janeiro, n. 29ª Reunião Anual da Anped, p. 1-17, dez. 2006. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2570--Int.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; CAMPOS. Rosania. BNC e educação Infantil Quais as possibilidades?. **Retratos da Escola**, Brasília/DF, n. 17, p. 353-366, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/585>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Por que uma BNCC na Educação Infantil? **Pátio Educação Infantil**, ano 16, n. 55, abr./jun. 2018.

BLOG PRO INFÂNCIA BAHIA. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Disponível em: <[https://blogproinfanciabahia.files.wordpress.com/2015/06/como-pensar-uma-base-nacional-comum-para-a-ei\\_maria\\_carmen\\_barbosa\\_salvador\\_25\\_mai\\_2015.pdf](https://blogproinfanciabahia.files.wordpress.com/2015/06/como-pensar-uma-base-nacional-comum-para-a-ei_maria_carmen_barbosa_salvador_25_mai_2015.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2018.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Educação Infantil**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Panorama da cidade de Cachoeirinha**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeirinha/panorama>>. Acesso em: 27 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso: 11 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 15 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. MEC. CNE. CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/SEB 5/2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de dezembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 2 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Dúvidas Mais Frequentes sobre Educação Infantil**. Janeiro 2013. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 2 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular**. Orientações para o processo de implementação da BNCC. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/guia\\_BNC\\_2018\\_online\\_v7.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/guia_BNC_2018_online_v7.pdf). Acesso em: 2 out. 2018.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **A Educação Infantil**. Em Políticas e Legislação da Educação Básica no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2010.

CACHOEIRINHA. **Conselho Municipal de Educação – CME**. Disponível em: <http://cmecachoeirinha.blogspot.com/2015/>. Acesso em: 11 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Matrículas e Infraestrutura**. Disponível em: [http://gedu.org.br/cidade/5358-cachoeirinha/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education\\_stage=0&item=>](http://gedu.org.br/cidade/5358-cachoeirinha/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>). Acesso em: 27 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Cachoeirinha. **Editais de Chamada 2018**. Disponível em: <http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/component/content/article/116-smgges/1468-cmas>. Acesso em: 6 nov. 2018.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a08v2691.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2018.

CURY; Carlos Roberto Jamil. A Educação Infantil como Direito. In: **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília, 1998, v. II.

DEBATES EM EDUCAÇÃO. **Entrevista com Rita Coelho**. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2810>>. Acesso em: 22 out. 2018.

DUARTE Luiza Franco. Desafios e Legislações na Educação Infantil. **IX Seminário de Pesquisa na Região Sul**. ANPED, 2012.

FARIAS, Carla Emanuele Messias; SANTOS, Polyana Wejda Lima. Importância do brincar na educação infantil. **II Congresso Nacional de Educação**, Campina grande/PB, out. 2015. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV045\\_M D1\\_SA17\\_ID5718\\_12082015115546.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_M D1_SA17_ID5718_12082015115546.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2018.

FOCHI, Paulo Sergio. A Didática dos Campos de Experiência. In: **Pátio Educação Infantil**, ano XIV, n. 49, out./dez. 2016.

LARANGEIRA, Cintia. Base Nacional Comum Curricular: uma leitura a contrapelo dos avanços teóricos e metodológicos da educação infantil. **RevistAleph**, ano XV, n. 29, dez. 2017. Disponível em <<file:///C:/Users/Joel%20e%20Karen/Desktop/UFRGS/Downloads/38-39-PB.pdf> acessado 25/09/2018>. Acesso em: 2 out. 2018.

LIMA, Elvira Sousa. As aprendizagens escolares na educação infantil. **Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre/RS, n. 19, p. 6-9, mar./jun. 2009.

MARANHÃO, Damaris Gomes; ZURAWSKI, Maria Paula Vignola. Cuidado e Aprendizagem na Educação Infantil. **Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre/RS, n. 41, p. 8-11, out./dez. 2014.

MORENO, Ana Carolina; TENENTE, Luiza. MEC envia última revisão sobre a Base Nacional Curricular a conselheiros, que farão o debate final a partir de segunda. **G1**, 1 dez. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-envia-ultima-revisao-sobre-a-base-nacional-curricular-a-conselheiros-que-farao-o-debate-final-a-partir-de-segunda.ghtml>>. Acesso em: 2 out. 2018.

MOVIMENTO pela Base Nacional Comum **Quem Somos**. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

MULLER, Betina Isabel Henz. **De Atendente a Professora**: Um estudo sobre o profissional da Educação Infantil no Município de Cachoeirinha. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/153100>>. Acesso em: 2 out. 2018.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **A Construção da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil**. Disponível em: <[http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoenc\\_om\\_38anped\\_2017\\_gt07\\_textozilma.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoenc_om_38anped_2017_gt07_textozilma.pdf)>. 38ª Reunião Nacional da ANPEd – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA.

\_\_\_\_\_. Estrutura e funcionamento de instituições de educação infantil. In: **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/scfieei.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2018.

PALHARES. Marina Silveira; MARTINS. Claudia Maria Simões; A Educação Infantil uma Questão para o Debate. In: FARIAS. Ana Lucia Goulart; PALHARES. Marina Silveira (orgs.). **Educação Infantil PÓS-LDB: Rumos e Desafios**. 2. ed. Campinas, SP: 2000.

PORTAL educação. **Pedagogia**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/rcnei-educacao-infantil/16040>>. Acesso em: 2 out. 2018.

POSICIONAMENTO projeto leitura e escrita na educação infantil em relação à terceira versão da BNCC. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/04/vf-posicao-do-projetoleitura-e-escrita-na-ei-sobre-bncc-vf.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2018.

SAVIO, Donatella. Cuidar é educar. **Pátio Educação Infantil**, Porto alegre/RS, n. 41, p. 12-15, out./dez. 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **Métodos de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2018.

TC EDUCA. **Consulta**. Disponível em: <<https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/dados consulta>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre/RS: Bookman, 2010.

## ANEXO A – TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA

Eu \_\_\_\_\_ estou sendo convidada a participar de uma pesquisa que tem como objetivo investigar como está acontecendo o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular Educação Infantil - BNCC-EI (2017) no município de Cachoeirinha/RS. Este estudo irá produzir dados para a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Sei que minha participação neste momento será dar uma entrevista sobre minhas experiências pedagógicas na área da educação infantil e também uma contribuição sobre o processo de implementação da BNCC. Sei que além de mim, outras colegas da escola irão participar desta pesquisa, bem como representantes da Secretaria de Educação deste município. Fui informada que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque, a desistência não causará prejuízo algum para mim.

Fui informada de que os resultados da pesquisa serão apresentados em relatório, não associando as informações fornecidas ao meu nome. Fui informada e esclarecida de que a entrevista será gravada para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Fui informada de que a gravação de minha entrevista e as informações anotadas sobre ela ficarão, como todo o material produzido da pesquisa, sob a responsabilidade da orientadora do estudo e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todo o esclarecimento de dúvidas por mim apresentadas.

Fui informada de que a qualquer momento posso esclarecer dúvidas que surgirem.  
Concordo participar da pesquisa.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

---

Profa Dra. Simone Albuquerque (FACED/UFRGS)  
Orientadora de pesquisa

Agradecemos a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos referentes à pesquisa pelo telefone (51) 983344040 (Simone Albuquerque) (51) 985133828 Karen Melany Spolaore

## **ANEXO B – TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO**



### **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA**

#### **TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO**

Estou realizando uma investigação relativa ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tem como objetivo investigar quais as estratégias utilizadas pelo município de Cachoeirinha para implementar a Base Nacional Comum Curricular Educação Infantil (2017).

A coleta de dados envolverá entrevista com duas professoras desta instituição, bem como a articuladora pedagógica.

Neste período farei a coleta de dados a partir de uma entrevista gravada em áudio, anotações de informações coletadas na entrevista bem como análise documental.

Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados à esta investigação. Também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para equipe diretiva e a cada professora de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 466, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Todo material desta pesquisa ficará sob minha responsabilidade.

A Instituição e todos os envolvidos não terão nenhum tipo de despesa na participação desta pesquisa. Ainda, nada será pago à EMEI, SMED Cachoeirinha/RS e aos envolvidos pela participação dos mesmos.



Ao participarem desta investigação, a Instituição e todos os envolvidos não obterão nenhum benefício direto. Entretanto, espero que este estudo traga informações importantes sobre a implementação da BNCC(2017) na Educação Infantil, sendo que os achados do período serão problematizados e publicados em meu TCC e artigos científicos.

Agradeço a colaboração da Instituição para a realização desta investigação e coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais. Caso queiram contatar-me ou minha orientadora de TCC Professora Dra. Simone Santos de Albuquerque, isso poderá ser feito pelo telefone (51) 3308-3099 (DEE/FACED/UFRGS).

---

Karen Spolaore

Tendo em vista as informações acima apresentadas, a EMEI Sonho de Criança manifesta sua concordância para a realização de minha investigação, sendo este documento assinado pela diretora da Instituição.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2018.

---

Equipe diretiva da EMEI Sonho de Criança



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO**

Estou realizando uma investigação relativa ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tem como objetivo investigar quais as estratégias utilizadas pelo município de Cachoeirinha para implementar a Base Nacional Comum Curricular Educação Infantil (2017).

A coleta de dados envolverá entrevista com a Coordenadora Pedagógica e assessora pedagógica da Educação Infantil.

Neste período farei a coleta de dados a partir de uma entrevista gravada em áudio e anotações de informações coletadas na entrevista bem como análise documental.

Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados à esta investigação. Também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Coordenadoras pedagógicas que responderão essa pesquisa de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 466, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Todo material desta pesquisa ficará sob minha responsabilidade.

A Instituição e todos os envolvidos não terão nenhum tipo de despesa na participação desta pesquisa. Ainda, nada será pago à EMEI, SMED Cachoeirinha/RS e aos envolvidos pela participação dos mesmos.

Ao participarem desta investigação, a Instituição e todos os envolvidos não obterão nenhum benefício direto. Entretanto, espero que este estudo traga informações importantes sobre a implementação da BNCC(2017) na Educação Infantil, sendo que os achados do período serão problematizados e publicados em meu TCC e artigos científicos.

Agradeço a colaboração da Instituição para a realização desta investigação e coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais. Caso queiram contatar-me ou minha orientadora de TCC Professora Dra. Simone Santos de Albuquerque, isso poderá ser feito pelo telefone (51) 3308-3099 (DEE/FACED/UFRGS).

---

Karen Spolaore

Tendo em vista as informações acima apresentadas, a SMED Cachoeirinha/RS manifesta sua concordância para a realização de minha investigação, sendo este documento assinado pela diretora da Instituição.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2018.

---

Coordenação Pedagógica SMED Cachoeirinha

**ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DA CRECHE 0 A 3 ANOS – ESCOLA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
- RS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:**

*Como está acontecendo o processo de implementação da BNCC – EI (2017) no contexto das EMEIs do município de Cachoeirinha/RS*

Nome:

Idade:

- 1) Me conta sobre a tua trajetória como professora.
- 2) Da tua trajetória na Educação Infantil o que destacas sobre as especificidades do trabalho com as crianças desta etapa de ensino?
- 3) Quais são teus principais subsídios para o trabalho com crianças pequenas?
- 4) Como a secretaria de educação e/ou coordenação da escola subsidiam o teu trabalho com as crianças pequenas?
- 5) O que tu sabes sobre a Base Nacional Comum Curricular?
- 6) Como ela está sendo implementada no município e nesta escola?
- 7) O que achas que muda na prática cotidiana com as crianças da EI a aprovação da BNCCEI (2017)?
- 8) Em relação o que conheces da BNCC-EI quais os principais desafios para o trabalho com as crianças de 0 a 3 anos- creche?
- 9) O que gostarias mais de dizer sobre este tema...

**ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DA PRÉ ESCOLA 4 A 5 ANOS – ESCOLA MUNICIPAL DE  
CACHOEIRINHA - RS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:**

*Como está acontecendo o processo de implementação da BNCC – EI (2017) no contexto das EMEIs do município de Cachoeirinha/RS*

Nome:

Idade:

- 10) Me conta sobre a tua trajetória como professora.
- 11) Da tua trajetória na Educação Infantil o que destacas sobre as especificidades do trabalho com as crianças desta etapa de ensino?
- 12) Quais são teus principais subsídios para o trabalho com crianças pequenas?
- 13) Como a secretaria de educação e/ou coordenação da escola subsidiam o teu trabalho com as crianças pequenas?
- 14) O que tu sabes sobre a Base Nacional Comum Curricular?
- 15) Como ela está sendo implementada no município e nesta escola?
- 16) O que achas que muda na prática cotidiana com as crianças da EI a aprovação da BNCCEI (2017)?
- 17) Em relação o que conheces da BNCC- EI quais os principais desafios para o trabalho com as crianças de 4 a 5 anos pré escola?
- 18) O que gostarias mais de dizer sobre este tema..

**ANEXO E - ROTEIRO DE ENTREVISTA ARTICULADORA PEDAGÓGICA -  
ESCOLA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA - RS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:**

*Como está acontecendo o processo de implementação da BNCC – EI (2017) no contexto das EMEIs do município de Cachoeirinha/RS*

Nome:

Idade:

- 19) Me conta sobre a tua trajetória como professora.
- 20) Da tua trajetória na Educação Infantil o que destacas sobre as especificidades do trabalho com as crianças desta etapa de ensino?
- 21) Quais são teus principais subsídios para o trabalho com crianças pequenas?
- 22) Me conta um pouco sobre as especificidades do teu cargo?
- 23) O que tu sabes sobre a Base Nacional Comum Curricular?
- 24) Como ela está sendo implementada no município e nesta escola, quais as recomendações e/ou organização da secretaria de educação em relação a BNCC-EI?
- 25) O que achas que muda na prática cotidiana com as crianças da EI a aprovação da BNCCEI (2017)?
- 26) Em relação o que conheces da BNCC-EI quais os principais desafios para o trabalho com as crianças da Educação Infantil?
- 27) O que gostarias mais de dizer sobre este tema...

**ANEXO F - ROTEIRO DE ENTREVISTA RESPONSÁVEL A FRENTE DA  
IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA - RS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:**

*Como está acontecendo o processo de implementação da BNCC – EI (2017) no contexto das EMEIs do município de Cachoeirinha/RS*

Nome:

Idade:

- 1) Me conta um pouco sobre a tua trajetória profissional.
- 2) Da tua experiência na Educação aqui no município o que destacas sobre o trabalho na Educação Infantil?
- 3) Quais são principais subsídios/documentos/propostas em relação ao currículo da EI no município?
- 4) Qual foi a participação do município de Cachoeirinha no processo de elaboração da BNCC-EI?
- 5) Como está sendo a implementação deste documento orientador no contexto da EI no município de Cachoeirinha? Conta sobre este processo.
- 6) Quais as expectativas do município em relação a BNCC-EI no contexto da EI?
- 7) Quais os desafios encontrados pelo município em relação a BNCC-EI no contexto da EI?
- 8) O que gostarias mais de dizer sobre este tema...

**ANEXO G - ROTEIRO DE ENTREVISTA RESPONSÁVEL A FRENTE DA  
IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO  
MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA - RS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:**

*Como está acontecendo o processo de implementação da BNCC – EI (2017) no contexto das EMEIs do município de Cachoeirinha/RS*

Nome:

Idade:

- 1) Me conta um pouco sobre a tua trajetória profissional.
- 2) Da tua experiência na Educação aqui no município o que destacas sobre o trabalho na Educação Infantil?
- 3) Quais são principais subsídios/documentos/propostas em relação ao currículo da EI no município?
- 4) Qual foi a participação do município de Cachoeirinha no processo de elaboração da BNCC-EI?
- 5) Como está sendo a implementação deste documento orientador no contexto da EI no município de Cachoeirinha? Conta sobre este processo.
- 6) Quais as expectativas do município em relação a BNCC-EI no contexto da EI?
- 7) Quais os desafios encontrados pelo município em relação a BNCC-EI no contexto da EI?
- 9) O que gostarias mais de dizer sobre este tema...